

IAOD do Deputado Zheng Anting em 07.11.2023

Ajustamento da política de passagem fronteiriça em Hengqin para facilitar a vida dos residentes das duas regiões

Com vista à integração e complementaridade com a Zona de Cooperação Aprofundada, e à aceleração do desenvolvimento diversificado da economia de Macau, o Governo lançou nos últimos anos uma série de medidas para promover a construção da Zona, a fim de alcançar benefícios e ganhos mútuos entre Hengqin e Macau. De acordo com os dados disponíveis, em 2022, a população permanente de Hengqin era de 42 030 habitantes, de entre os quais não faltam grupos de consumidores com maior capacidade económica e maior procura por actividades de consumo. Por isso, após a epidemia, Hengqin recuperou rapidamente em áreas como o consumo, e o potencial do seu crescimento é enorme. Muitos residentes do Interior da China que trabalham, criam negócios e fazem negócios ou vivem em Hengqin têm certas necessidades de deslocação entre Macau e o Interior da China para consumo e actividades comerciais.

Na minha opinião, Macau está numa fase de recuperação económica, por isso, há que facilitar, quanto antes, a circulação de pessoas entre Zhuhai e Macau, e espero que o Governo da RAEM e o Interior da China estudem a optimização da política de visto individual, com a sua implementação a título experimental na Ilha de Hengqin. Em primeiro lugar, devem ser relaxados os requisitos para a entrada dos residentes de Hengqin em Macau, implementando-se a política de “visto único, múltiplas entradas”, e permitindo que os residentes de Hengqin visitem Macau com frequência para consumo e actividades comerciais. Posteriormente, consoante a situação, o sistema de “visto múltiplo” pode se estendido a toda a região de Zhuhai, com vista a dinamizar ainda mais a economia e a promover o desenvolvimento integrado dos dois territórios.

Para além disso, muitos residentes entendem que, para além de facilitar a entrada dos residentes de Hengqin em Macau, a política de acesso de veículos dos residentes de Macau a Hengqin deve também ser facilitada. Neste momento, os veículos de Macau que podem circular na província de Guangdong não podem entrar directamente na Zona de Cooperação Aprofundada através do Posto Fronteiriço de Hengqin, o que constitui um inconveniente para aqueles que precisam de se deslocar a Hengqin. Ao mesmo tempo, como os veículos de Macau que podem circular na província de Guangdong têm de utilizar o posto fronteiriço Hong Kong-Zhuhai-Macau juntamente com os veículos de Hong Kong para a entrada e saída para o Interior da China, nos fins-de-semana e nas horas de ponta, há sempre longas filas de veículos neste posto fronteiriço, por exemplo, no passado feriado de Chong Yeong, os veículos de Macau e Hong Kong paralisaram este posto fronteiriço, e muitos residentes que se deslocavam para Macau tiveram de esperar várias horas para chegar, o que é bastante perturbador.

(Tradução)

O Governo deve continuar a aperfeiçoar as medidas dos “veículos de Macau que podem circular na província de Guangdong”, com vista a facilitar a passagem nas fronteiras. Segundo consta, as instalações do posto fronteiriço de Hengqin estão bem equipadas para satisfazer as necessidades de passagem de fronteiras dos veículos, e o Governo de Zhuhai também afirmou que “está a estudar a possibilidade de o posto fronteiriço de Hengqin também ser aberto a esses veículos, com vista a facilitar as deslocações”. Espero que o Governo tome a iniciativa de discutir com o Interior da China para permitir que os veículos de Macau que podem circular na província de Guangdong também possam atravessar a fronteira pelo posto fronteiriço de Hengqin, com vista a facilitar a vida aos residentes que se deslocam frequentemente entre Guangdong e Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 07.11.2023

Construção de uma sociedade amiga da família, em prol da promoção da harmonia e estabilidade social

Segundo o inquérito sobre a "Situação dos Conflitos entre Trabalho e Família dos Funcionários Públicos de Macau", divulgado recentemente pela Federação dos Funcionários Públicos de Macau, 47 por cento dos funcionários públicos inquiridos utilizam frequentemente dispositivos informáticos para trabalhar depois do trabalho, uma média de mais de uma hora por dia, o que tem um certo impacto no cumprimento das suas responsabilidades familiares.

A medida de controlo do número de funcionários públicos adoptada pelo Governo, juntamente com o impacto da epidemia, resultou num aumento significativo da carga e pressão de trabalho na função pública. Actualmente, são comuns as horas extraordinárias e o trabalho *online* mesmo depois do trabalho, pois o aumento da carga de trabalho devido ao rápido desenvolvimento social assim o exige, para além da má gestão interna dos serviços públicos, que é também uma das razões para as horas extraordinárias. Segundo os resultados do "Inquérito sobre Satisfação Laboral e Níveis de *Stress* dos Funcionários Públicos de Macau", também divulgado pela Federação dos Funcionários Públicos de Macau, a saúde física e mental dos funcionários públicos nos últimos cinco anos piorou em comparação com os anteriores cinco anos, e a principal causa do *stress* não é a carga de trabalho, mas sim os modelos de gestão e a distribuição desadequada do trabalho no dia-a-dia, que resulta em maus desempenhos e afecta o ambiente de trabalho.

Proponho aos serviços públicos que melhorem a gestão interna e clarifiquem os processos de trabalho, para evitar duplicações desnecessárias de trabalho; acelerem a construção do governo digital e recorram ao governo electrónico e à optimização dos processos de trabalho para reduzir o trabalho extraordinário; e melhorem o regime de trabalho extraordinário, de modo a garantir que o trabalho extraordinário seja razoavelmente compensado.

Todos nós temos *stress*, e o conflito entre o trabalho e a família dos funcionários públicos é uma característica da nossa sociedade, pois também é sentido por muitas outras profissões.

As famílias são células da sociedade e base da sua harmonia e estabilidade. O aperfeiçoamento das políticas amigas da família pode fazer face à generalização do modelo de casal trabalhador, e reveste-se duma importância para a harmonia e estabilidade da sociedade que não pode ser subestimada.

Segundo um relatório recentemente divulgado pela OIT, a carga horária e a sua organização são importantes para o equilíbrio entre o trabalho e a família. Quando a carga horária é mais reduzida e o horário é mais flexível, esse equilíbrio é

garantido, e o nível de satisfação dos trabalhadores é mais elevado, a sensação de segurança e a produtividade também são mais fortes, o que é benéfico para ambas as partes, laboral e patronal. Espero que o Governo sirva de exemplo e implemente políticas favoráveis ao equilíbrio trabalho-família, e aperfeiçoe as políticas amigas da família. Mais, a Lei de bases da política familiar tem quase 30 anos, então, o Governo deve fazer um balanço da sua aplicação, para garantir que as intenções legislativas sejam concretizadas através das medidas, e que os empregadores e os trabalhadores sejam beneficiados, em prol duma sociedade amiga da família.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 07.11.2023

O Governo tem de exortar as concessionárias do jogo a cumprir as responsabilidades sociais e melhorar os direitos laborais

Com a retoma económica, entre Janeiro e Outubro deste ano, as receitas brutas do jogo aumentaram significativamente em comparação com o ano passado, atingindo 148,5 mil milhões de patacas. Com os esforços do Governo e dos sectores da sociedade, a população está a recuperar a confiança em relação às perspectivas económicas, e espera que o Governo incentive as empresas, especialmente as concessionárias do jogo, a aumentar atempadamente os salários, para os trabalhadores poderem enfrentar a inflação e partilhar dos frutos do crescimento económico. As concessionárias do jogo devem ainda cumprir as responsabilidades sociais relativas à melhoria dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Durante os três anos da pandemia, com o apoio do Governo, as concessionárias conseguiram evitar o despedimento em grande escala, e os trabalhadores também compreenderam as dificuldades das empresas, e colaboraram com o *layoff*, adiantamento de férias e congelamento dos salários, para ultrapassarem, em conjunto, um período difícil, na esperança de manterem os postos de trabalho, e recuperarem e verem melhoradas as condições aquando da retoma económica. Em Dezembro do ano passado, ou seja, há quase um ano, o Governo celebrou com as seis concessionárias o novo contrato de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar por dez anos. As concessionárias têm de cumprir várias responsabilidades sociais, nomeadamente a garantia dos direitos e interesses dos trabalhadores, e a promoção da formação em serviço dos trabalhadores locais e respectiva mobilidade vertical. Por isso, o Governo deve tomar a iniciativa de acompanhar o cumprimento das promessas.

Nos últimos meses, muitos trabalhadores do sector do jogo têm-se manifestado junto da sua associação. Segundo eles, há muito tempo que se prevê o aumento do volume de trabalho devido ao aumento do número de turistas, e como alguns casinos estão sob maior pressão devido à falta de mão de obra, surgem situações pouco razoáveis ao nível da gestão e da distribuição do trabalho, e os trabalhadores têm tendência a cometer erros. As empresas adoptaram sistemas de gestão rigorosos e emitiram cartas de advertência, até por questões de somenos importância. Segundo alguns trabalhadores, para manter a ordem nos casinos, trabalharam e trataram das queixas dos clientes, e aconselharam os “burlões de troca de dinheiro” a não causarem incómodos aos clientes, de acordo com as instruções das empresas, mas, entretanto, foram alvo de queixas sem qualquer justificação. Para não ofender os clientes, as empresas emitiram cartas de advertência ou despediram até os trabalhadores sem tratarem os casos de forma imparcial ou lhes darem oportunidade de prestar explicações, o que é injusto.

Mais, alguns trabalhadores dos casinos também se queixam de que as empresas não lhes atribuem as regalias em conformidade com o acordo celebrado aquando do seu ingresso. Há também situações em que as regalias e os direitos e interesses dos trabalhadores foram reduzidos em consequência da mudança de local de trabalho, a pedido das empresas. Os trabalhadores não se queixaram de imediato, porque tiveram de superar as dificuldades juntamente com as empresas durante a epidemia, mas agora, o negócio já melhorou, e as empresas ainda não trataram do assunto de forma adequada nem tomaram a iniciativa de lhes dar uma resposta. Segundo alguns trabalhadores, alguns gestores exigiram-lhes explicações por terem questionado os seus direitos e interesses junto da associação a que pertencem ou do Governo, por isso, receiam apresentar queixas, pois podem ser perseguidos pelas chefias, que poderão acertar contas com eles mais tarde, ou podem mesmo ser colocados na lista negra da indústria, afectando assim o seu emprego ou a mudança de emprego no futuro. Estas práticas prejudicam gravemente os legítimos e razoáveis direitos e interesses dos trabalhadores e violam as disposições da legislação laboral, portanto, as autoridades têm de abordar o assunto com firmeza.

Solicito ao Governo que tome a iniciativa de exortar as concessionárias do jogo a organizarem bem os seus trabalhos de gestão, nomeadamente, a concederem, nos termos da lei e dos acordos laborais, tratamento razoável aos seus trabalhadores, que acompanhem a concretização das responsabilidades sociais, que assegurem os direitos e interesses dos trabalhadores, definam os respectivos indicadores e se empenhem no aperfeiçoamento dos benefícios, incentivando-as a tratar bem os seus trabalhadores, a prestar atenção às suas garantias profissionais e saúde, a apoiá-los para elevarem a qualidade do trabalho, e a conceder oportunidades de promoção e desenvolvimento aos trabalhadores locais, contribuindo assim para o desenvolvimento do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Muitos trabalhadores estão preocupados com a segurança nos casinos, sobretudo com a grave situação dos “burlões de troca de dinheiro” e dos “ganha pontos” nos casinos afecta o funcionamento e a imagem dos casinos, mas também o seu trabalho. Espero que o Governo incentive as concessionárias a aperfeiçoarem as instruções de trabalho e a clarificarem os mecanismos de tratamento da referida situação, a fim de manter a ordem no funcionamento dos casinos e de garantir a segurança dos trabalhadores, contribuindo para denunciar situações que violam a lei ou que prejudicam a ordem pública. Espero também que o Governo reforce a repressão dos referidos actos, estude a legislação e a sua revisão, agrave as sanções para os “burlões de troca de dinheiro”, e reforce os mecanismos sancionatórios e a execução da lei, para evitar prejuízos para a imagem do sector e o surgimento de outros crimes.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 07.11.2023

Actualização atempada das estatísticas de emprego e promoção da formação de quadros qualificados

Em Setembro do ano passado, o Ministro dos Recursos Humanos e Segurança Social do país divulgou oficialmente o Código de Classificação das Ocupações Profissionais da República Popular da China (Edição do ano de 2022), que, em comparação com o do ano de 2015, com os oito grandes grupos inalterados, aditou 158 profissões, passando-se assim a um total de 1639 profissões. Atendendo às principais estratégias do país, como a construção de um país forte, digitalização da China, economia verde, governação de acordo com a lei, promoção do desenvolvimento das aldeias, etc., várias profissões foram incluídas no novo Código, tais como operador de robots industriais e pessoal ligado ao funcionamento e manutenção, técnicos para a digitalização da agricultura, agentes agrícolas, etc. O novo Código também identifica, pela primeira vez, 97 profissões digitais, isto é, 6% do total, entre as quais estão novas profissões resultantes do desenvolvimento tecnológico e da nova conjuntura social, tais como técnicos de engenharia nas áreas da inteligência artificial e megadados, profissões ligadas às tecnologias avançadas, pessoal de entrega de compras *online*, operários da construção pré-fabricada, que são das indústrias emergentes e do sector de serviços modernos; e ainda técnicos de engenharia Blockchain e vendedores na *internet*, que foram também recentemente aditados. Assim, acredita-se que, na promoção da diversificação industrial, vai haver procura para as referidas profissões em Macau.

A versão mais actualizada dos critérios internacionais para a classificação das ocupações profissionais é de 2008 e é a adoptada pelo Departamento de Estatística e Censos do Governo de Hong Kong no âmbito da estatística e censos. A Direcção dos Serviços de Estatística e Censos de Macau adopta a Classificação das Ocupações Profissionais de Macau (COPM) de 1997, que resulta das alterações regionais à «*International Standard Classification of Occupations - 88*» (ISCO88), aprovada, em 1990, pela Organização Internacional do Trabalho, em Genebra. A classificação das ocupações profissionais é uma estrutura estatística básica, com o objectivo de constituir uma ferramenta estatística de ligação dos dados de emprego locais ao mundo internacional, e de fornecer ao governo local dados de suporte, sistemático e pleno, para a concretização das políticas. A actualização atempada da estrutura da classificação das ocupações profissionais pode contribuir para uma concretização, com rigor, das políticas económicas, em prol do desenvolvimento das indústrias.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Proponho ao Governo que proceda, em tempo oportuno, à actualização do sistema de classificação das profissões, nomeadamente, que avance com um

estudo sobre a classificação das profissões integradas nas quatro principais indústrias de Macau e a classificação das actividades ligadas a essas profissões. Isto pode ajudar os estudantes que têm dificuldades na escolha da área de estudo a seguir, e permite a criação sistemática de uma base de dados sobre a procura de talentos e profissionais de que os sectores necessitem, e disponibiliza orientações para apoiar a implementação de novas indústrias e novos tipos de negócios. Mais ainda, permite que os serviços competentes acompanhem, de forma eficaz, as necessidades e o desenvolvimento do mercado de trabalho das indústrias emergentes e permite o reforço da importação e da formação de talentos, ou seja, é “matar três coelhos de uma cajadada só”.

2. Proponho o reforço da articulação entre Macau e o Interior da China na classificação das profissões, com vista a alargar os meios para os residentes de Macau obterem a qualificação profissional do Interior da China. Em 2010, o Governo implementou o modelo “um teste dois certificados”, para os residentes de Macau poderem, através de um único exame realizado em Macau, obter, ao mesmo tempo, o certificado nacional de qualificação profissional e o certificado de qualificação profissional de Macau. O recurso à certificação das técnicas profissionais serve para provar a capacidade e o valor dos trabalhadores, e através do reforço dessa articulação entre Macau e o País, é possível impulsionar, gradualmente, o desenvolvimento do regime de “cédula profissional para o desempenho de funções” em todos os sectores de Macau, a fim de reforçar os conhecimentos dos trabalhadores e conquistar o respeito da sociedade pelos trabalhadores do sector da construção civil. Tudo isto tem por objectivo promover o desenvolvimento através da optimização da qualidade dos recursos humanos, e criar um novo caminho para a integração dos talentos locais, sobretudo no desenvolvimento da sua carreira profissional na Grande Baía.

3. Proponho que, na sua estrutura consultiva, os Serviços de Estatística e Censos reforcem a cooperação com o pessoal do sector da ciência e tecnologia e com as associações profissionais de Macau, através da criação de um mecanismo de comunicação eficaz e de longo prazo. Devem ainda proceder a uma avaliação periódica das novas profissões decorrentes do desenvolvimento das novas indústrias, com vista a criar uma base estatística para o aperfeiçoamento da base de dados de talentos de Macau.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 7.11.2023

Aperfeiçoar as instruções contra o branqueamento de capitais para facilitar a vida da população e das empresas

As acções constantes de combate ao branqueamento de capitais no sector do jogo são o foco dos trabalhos do referido combate nos sectores não financeiros do nosso país. Atendendo a este difícil desafio, o Governo promulgou vários diplomas legais, incluindo as leis de “Prevenção e repressão do crime de branqueamento de capitais” e de “Prevenção e repressão dos crimes de terrorismo”, e as respectivas instruções, que exigem que as empresas e pessoas singulares declarem, em diversas actividades, a fonte dos capitais envolvidos e preencham a “Ficha de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo” e demais documentos.

Contudo, na prática, as referidas exigências são complexas e repetitivas na compra e venda de imóveis ou de acções. Por exemplo, se um indivíduo comprar um imóvel ou acções, é fácil declarar a fonte de capitais, contudo, se se tratar de uma empresa, com uma estrutura societária complexa, cada sócio tem de fazer uma declaração. Esta prática deve-se, talvez, à dificuldade em verificar a legalidade e a veracidade da fonte dos capitais, pois os capitais injectados pelos sócios podem ser provenientes de crimes precedentes, ou de transacções que, efectivamente, não houve, por uma das partes ser uma empresa fantasma, visando apenas encobrir o branqueamento de capitais através de actividades de empresas legítimas. O regime de diligência devida é um trabalho básico das instituições financeiras na repressão das actividades de branqueamento de capitais, e estas instituições e advogados exigem a cada sócio o preenchimento da “Ficha de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo”, para além de tratarem do reconhecimento das assinaturas, a fim de assegurar a respectiva veracidade.

Os sectores do jogo e do turismo são os principais pilares de Macau, por isso, apoio totalmente o combate ao fluxo ilegal e ao branqueamento de capitais, pois há que assegurar o desenvolvimento saudável dos referidos sectores e respectivas actividades. No entanto, o branqueamento de capitais é sempre um crime de pequena gravidade, e geralmente os valores implicados não são muito elevados, diferentemente da maioria dos crimes comerciais. Para as empresas com transacções normais para diversos locais, o preenchimento dos formulários é complexo e moroso e aumenta quer os seus custos operacionais quer as suas preocupações. Macau está empenhada no desenvolvimento da “economia-sede”, e com tantas formalidades, a vontade dos investidores estrangeiros em investir e desenvolver as suas actividades aqui vai, certamente, diminuir.

Sob o pressuposto de salvaguardar a segurança e a estabilidade do ambiente financeiro, sugiro aos serviços públicos a simplificação das formalidades, por

exemplo, se uma pessoa é sócia de várias sociedades comerciais, pode assinar apenas uma declaração, assumindo que vai cumprir rigorosamente a lei e que não se dedica ao crime de branqueamento de capitais, e o prazo de validade da declaração pode ser mais longo, ou até só fazer a declaração quando estão em causa actividades de valor elevado. Se as autoridades tiverem dúvidas sobre determinadas actividades, podem aproveitar o desenvolvimento da capacidade de análise dos mega-dados para proceder a investigações mais aprofundadas, evitando-se assim o consumo excessivo de recursos sociais para prevenir situações que não são frequentes.

Espero que os serviços competentes criem, efectivamente, um bom ambiente de negócios, conveniente e eficiente, para as empresas locais e as recém-instaladas elogiarem o trabalho do Governo, e com isso atrair as empresas a instalarem as suas sedes em Macau, trazendo mais oportunidades de emprego e crescimento económico.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 07.11.2023

Exortar o Governo a anular o aumento das tarifas dos parques de estacionamento

A Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego recorreu ao pretexto de aumentar a rotatividade dos lugares de estacionamento para anunciar, há pouco, o plano de aumento das taxas de sete parques de estacionamento públicos, de 33 por cento para 50 por cento a partir de Novembro. Na minha opinião, este ajustamento carece de justificação e não se baseia em provas científicas, e o Governo não tem em conta a situação global da recuperação social e as necessidades dos moradores nas zonas envolvidas. Por exemplo, nas proximidades dos muitos parques de estacionamento alvo do aumento das taxas, não há outros parques para substituição, sendo então difícil encorajar os proprietários dos automóveis a estacionarem os seus veículos noutros parques. Ao mesmo tempo, há lugares suficientes de estacionamento para motociclos e de estacionamento nocturno nestes parques, não havendo uma razão válida para o Governo aumentar as taxas dos mesmos. Uma vez que o parque de estacionamento do Edifício Cheng Chong já é utilizado por muitos moradores, a subida das tarifas terá as seguintes consequências, ou aumentará os seus encargos ou vai causar-lhes inconvenientes, o que não é uma abordagem orientada para ter por base a população, sendo a mesma bastante grosseira.

Segundo muitos residentes, estes estão contra o plano do aumento das tarifas, pois os seus rendimentos diminuíram durante a epidemia, mas até à data não só não houve qualquer aumento salarial, como o salário nem sequer foi repostado para o seu nível original. Agora que o poder de compra dos residentes foi enfraquecido pela inflação e pela subida das taxas de juro em Macau, não é, então, a altura certa para o Governo decidir aumentar as taxas de estacionamento.

Segundo os dados oficiais, as receitas totais dos parques de estacionamento estão em situação de rentabilidade, sem subsídios do Governo. Por exemplo, nos primeiros dois trimestres, a retribuição paga pela empresa gestora ao Governo foi de mais de 2,7 milhões de patacas por trimestre. As receitas provenientes das tarifas dos parques de estacionamento públicos geridos provisoriamente pela DSAT, deduzidas as despesas totais, continuam a apresentar um saldo positivo de mais de um milhão de patacas por trimestre. Face à falta de fundamentos suficientes e de consenso social, solicito ao Governo que suspenda a decisão de aumento das tarifas e ausculte mais as opiniões da sociedade.

Mais, as infra-estruturas de trânsito de Macau sofrem de uma deficiência congénita, e as instalações complementares de “software” e “hardware” das redes rodoviárias, pedonais e rodoviárias carecem ainda de tempo para desenvolvimento. Assim, muitos residentes preferem conduzir, e o estacionamento passou, sem dúvida, a ser uma necessidade rígida. O presente ajustamento

envolve 7 parques de estacionamento públicos, entre os quais, o Pak Vai e o Vasco da Gama, ficam numa zona com alta densidade populacional e grande falta de lugares de estacionamento e, para otimizar o ambiente pedonal e rodoviário, o Governo eliminou muitos lugares de estacionamento nas vias públicas daquela zona. O Governo tem apelado aos residentes para aproveitarem mais os auto-silos nas proximidades, mas o aumento das tarifas pode fazer com que os proprietários optem por estacionar os carros nas vias públicas, o que pode surtir efeitos contrários.

A longo prazo, quanto ao estacionamento, o Governo deve aproveitar, de forma activa, os recursos de solos para a construção de auto-silos, estudar a utilização de unidades de cálculo de cobrança de 15 ou 30 minutos, incentivar ainda mais os residentes a estacionar em parques de estacionamento com baixa taxa de utilização, através de benefícios e, ao mesmo tempo, otimizar a rede rodoviária, aperfeiçoar o sistema de transportes públicos e incentivar a população a utilizar mais os transportes públicos e os sistemas pedonais.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 07.11.2023

Assegurar a fiscalização da execução do controlo do álcool e reforçar a sensibilização e educação entre os alunos

A Lei n.º 6/2023 (Regime de prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas por menores) entrou em vigor no passado domingo, e no mesmo dia, durante as inspecções, o pessoal do Gabinete para a Prevenção e o Controlo do Tabagismo e do Alcoolismo detectou dois menores a consumir álcool em estabelecimentos de restauração; os estabelecimentos foram logo autuados in loco, e procedeu-se ao registo dos dados dos menores e ao respectivo envio para as escolas, para efeitos de acompanhamento.

O valor nuclear da referida lei é a prevenção e o controlo do contacto dos menores com as bebidas alcoólicas durante a fase de crescimento, diminuindo os impactos para o cérebro e o resto do corpo, a fim de proteger a sua saúde física e mental. Na minha opinião, na fase inicial da implementação desta lei, ou seja, na fase de adaptação, a comunidade pode deparar-se com situações desconhecidas ou inadequadas, por isso, sugere-se ao Governo que reforce a divulgação e a fiscalização antes da entrada em vigor da lei, e que preste atenção às diversas situações após a entrada em vigor da lei, especialmente no que respeita à sensibilização e educação dos jovens estudantes.

Em primeiro lugar, quanto à fiscalização dos estabelecimentos de restauração, o Governo deve, na fase inicial da entrada em vigor da lei, apoiar os trabalhadores e os residentes no conhecimento do regime, para, através de inspecções contínuas, se produzirem efeitos dissuasores, no sentido de reduzir o consumo de bebidas alcoólicas por menores nesses estabelecimentos públicos. Em relação aos supermercados e lojas de conveniência, para além da afixação de dísticos de aviso, a lei determina que as bebidas alcoólicas e não alcoólicas devem estar separadas por zonas, no entanto, apesar de algumas lojas terem as zonas separadas, continuam a colocar as bebidas alcoólicas e não alcoólicas na mesma zona, assim sendo, as autoridades devem fiscalizar, para evitar confusões na compra de bebidas pelos menores. É difícil fiscalizar as compras de bebidas alcoólicas on-line por parte dos menores, por isso, os familiares e as instituições educativas devem, em conjunto, colaborar, para os proteger.

Para melhor implementar o regime, as autoridades têm de efectuar, constantemente, acções de sensibilização, sobretudo entre os estudantes menores e os jovens, que nem sempre acedem às informações através dos média tradicionais. O Governo deve reforçar a divulgação através dos meios que os jovens usam e avançar com a educação em diversas vertentes, tais como nas escolas, associações e organizações civis, colaborando com a Aliança para o

Controlo do Consumo de Álcool e demais sectores, pois só assim é que será possível alcançar resultados.

Por fim, as autoridades também afirmaram que o Gabinete para a Prevenção e o Controlo do Tabagismo e do Alcoolismo ia recrutar mais trabalhadores, o que espelha a atenção dispensada pelo Governo ao controlo do tabagismo e álcool. Espera-se que as respectivas políticas sejam aperfeiçoadas. Em articulação com a entrada em vigor da nova lei, foi lançado o “Website de informações sobre o controlo do consumo de bebidas alcoólicas”, com conteúdo enriquecido e claro. Contudo, na página dos Serviços de Saúde há muitas páginas temáticas, e os cidadãos precisam de gastar algum tempo para fazer pesquisas. Sugiro que as autoridades tomem como referência as páginas de controlo de tabagismo e álcool de Hong Kong e das regiões vizinhas, no sentido de organizar e melhorar as informações, para facilitar o conhecimento dos cidadãos sobre a lei. É de crer que, com os esforços conjuntos do Governo, lojistas e bairros comunitários, a referida lei possa ser mais bem concretizada, salvaguardando a saúde física e mental dos menores.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 07.11.2023

Incentivar as operadoras do jogo a ajustarem os salários dos seus trabalhadores, concretizando a exigência de dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, nos três primeiros trimestres deste ano entraram no Território 19 928 168 visitantes, mais 3,6 vezes, em termos anuais. Devido à recuperação do número de visitantes, que impulsionou a recuperação da economia local, a taxa de desemprego desceu gradualmente, passando de 5,5 por cento no pico da epidemia para 3,1 por cento nos últimos tempos.

Embora a situação de emprego tenha melhorado em comparação com o período epidémico, é de salientar que, durante os três anos consecutivos da epidemia, muitos sectores foram gravemente afectados, especialmente os do turismo e do jogo, os primeiros a serem atingidos. As operadoras de jogo recorreram ao esquema de incentivos de licenças especiais ou até a licenças sem vencimento. Além disso, com o novo concurso para as licenças do jogo, o sector tem um posicionamento e um rumo de desenvolvimento mais claros, e algumas operadoras também ajustaram os seus recursos humanos. Todos estes factores contribuíram para a diminuição dos rendimentos de muitos trabalhadores do sector do jogo, afectando a sua vida pessoal e familiar.

É de referir que o sector do jogo é um mercado de trabalho importante para Macau e que os seus trabalhadores têm contribuído muito para a recuperação económica. Fazendo uma retrospectiva da situação epidémica e tendo em conta a realidade de Macau, os trabalhadores do sector do jogo, na sua maioria, compreendiam as dificuldades de exploração do sector e, mesmo enfrentando uma grande pressão económica, estavam dispostos a superar as dificuldades em conjunto com a empresa. A economia de Macau recuperou rapidamente e as receitas do jogo ultrapassaram as expectativas do Governo, portanto, o Governo deve incentivar as concessionárias a melhorarem o nível salarial e as condições de bem-estar dos seus trabalhadores, a fim de criar um ambiente estável e favorável ao emprego. Isto não só produz um certo efeito de apoio e incentivo, mas tem também um significado positivo para dinamizar o mercado de consumo de Macau, promover a recuperação contínua da economia e impulsionar as empresas privadas a melhorarem as condições de emprego dos seus trabalhadores.

Assim, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. As receitas brutas do jogo entre Janeiro e Outubro foram de 148,449 mil milhões e, segundo as previsões, as receitas deste ano vão atingir 180 mil milhões, muito superiores às estimativas de 130 mil milhões. Com o aumento contínuo de clientes, a recuperação estável da economia e as receitas do jogo superiores às

expectativas, sugiro ao Governo que promova a assunção das devidas responsabilidades sociais pelas concessionárias, no sentido de aumentar o salário e as regalias dos seus trabalhadores e adoptar medidas efectivas para aliviar a sua pressão, reconhecendo assim os seus esforços e contributos durante os três anos da epidemia no apoio ao desenvolvimento sustentável do sector.

2. Atendendo ao posicionamento de desenvolvimento do sector do jogo, sugiro ao Governo que proceda, quanto antes, ao respectivo planeamento, reforce a cooperação com as concessionárias e forneça diversas acções de formação aos trabalhadores do sector, nomeadamente, no âmbito linguístico e de atendimento, para aumentar a sua capacidade de atender os clientes internacionais. Isto contribuirá para aumentar a competitividade dos trabalhadores e promover o desenvolvimento saudável e sustentável do sector.

3. Até ao 2.º trimestre deste ano, havia 51 693 trabalhadores a tempo inteiro no sector do jogo, uma redução de 1899 trabalhadores em termos anuais. Sugiro ao Governo que analise profundamente a situação de emprego no sector, dando especial atenção à redução dos trabalhadores mesmo com o sector a recuperar. Mais, além de exigir às concessionárias que assegurem a estabilidade do emprego dos locais, o Governo deve também definir planos para proporcionar apoio ao desemprego resultante de, por exemplo, transformação do sector e ajustamento dos recursos humanos, assim como vias de reemprego, assegurando especialmente a implementação eficaz das normas e políticas que dão prioridade à contratação dos locais.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 07.11.2023

Optimizar a “Lei da Protecção de Dados Pessoais” para satisfazer as necessidades do desenvolvimento global da sociedade

Após a entrada em vigor da Lei da Protecção de Dados Pessoais de Macau (adiante designada por Lei da Protecção de Dados Pessoais) em 2006, foram definidas normas mais claras para o tratamento e a protecção dos dados pessoais. Passados mais de dez anos, as respectivas leis têm vindo a entrar, pouco a pouco, em conflito e em desadaptação face ao desenvolvimento social, e o mais grave é que podem afectar em diferentes graus a vida e os bens dos cidadãos, o que merece a nossa atenção.

Em concreto, segundo muitos cidadãos, nos últimos anos, os seus dados pessoais foram revelados sem o seu conhecimento, tornando-se alvo de vários tipos de burla, de “telemarketing” ilegal e de revelação nas redes informáticas. A forma de burla passou de “adivinha quem sou eu” para “eu sei quem és”; os malfeitores usam estes dados pessoais para ganhar a confiança dos cidadãos, aumentando a taxa de sucesso da burla e causando-lhes grandes prejuízos patrimoniais. Por isso, a sociedade considera que a actual Lei da Protecção de Dados Pessoais tem efeitos limitados na sua protecção, e espera que o Governo possa implementar políticas e medidas mais eficazes para a protecção dos dados pessoais, tendo em conta as necessidades da sociedade em geral e da segurança pessoal. Mas, quanto aos trabalhos de prevenção de burla, a Polícia afirmou recentemente num programa de rádio que, ao estudar a aplicação antifraude, como há no Interior da China, verificou que precisa de obter a autorização dos utilizadores para o acesso à lista de contactos do seu telemóvel, e isso pode entrar em conflito com a Lei da Protecção de Dados Pessoais.

Por outro lado, recentemente, tive um encontro com o Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais sobre a instalação de câmaras de videovigilância nas creches, o que tem despertado a atenção da sociedade. De acordo com os pareceres jurídicos deste Gabinete, tendo em conta a Lei da protecção de dados pessoais, as Normas reguladoras da instalação e funcionamento de creches, e as disposições relativas à privacidade das crianças constantes de documentos internacionais, de um modo geral, as creches só podem instalar câmaras na porta principal, nos átrios, jardins e corredores. A instalação de câmaras nos quartos e na sala de actividades das crianças, não satisfaz o princípio de proporcionalidade previsto nessa lei, portanto, o referido Gabinete deve rever oportunamente a lei tendo em conta o respectivo conteúdo. Em suma, a lei em causa está intimamente relacionada com a garantia da segurança e dos direitos e interesses dos cidadãos, mas também se estende às entidades públicas e privadas que podem ser limitadas pela lei para o tratamento de dados pessoais, portanto, não é possível avançar com medidas de segurança.

Assim, espero que todos os sectores da sociedade, incluindo o Governo, reflectam sobre a avaliação do âmbito de aplicação da referida lei, tendo em conta o desenvolvimento social e o equilíbrio entre a privacidade individual e o interesse da segurança pública, e a verificação da necessidade de complementar outras leis. Sugiro ao Governo que inicie, quanto antes, os estudos preliminares e os trabalhos de consulta sobre a revisão da lei, e analise as situações e os meios de fuga de dados pessoais, que são frequentes na sociedade, e aperfeiçoe as leis, as técnicas, a execução da lei e a cooperação regional. Por um lado, é necessário aumentar o efeito dissuasor e a protecção da lei e, por outro, dar resposta ao aumento das necessidades de segurança dos cidadãos, para que as entidades responsáveis pelo tratamento de dados pessoais definam medidas e políticas com legitimidade e interesse público (por exemplo, a aplicação para a prevenção de burla referida, ou a instalação de câmaras nas instalações sociais, etc.), a fim de satisfazer as necessidades do desenvolvimento social.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 07.11.2023

Aumentar a taxa de utilização dos auto-silos públicos

Com a entrada em vigor do Regime do serviço público de estacionamento, o Governo lançou várias medidas para resolver as dificuldades de estacionamento. Recentemente, divulgou o replaneamento do parque de estacionamento para automóveis pesados da Estrada Governador Albano de Oliveira na Taipa, que passa a ser o primeiro parque de estacionamento público ao ar livre a cobrar tarifas, o que é uma nova solução para esta matéria. Há dias, foi também avançado o aumento das tarifas em 7 auto-silos públicos em Novembro e Dezembro. Mas, neste momento, a economia ainda não está totalmente recuperada e os rendimentos dos residentes não aumentaram, mais, a taxa de juros subiu e houve um ligeiro aumento do preço dos bens de consumo, assim, o aumento das tarifas vai agravar, sem dúvida, os encargos de vida dos residentes.

Actualmente, em Macau há cerca de 250 mil veículos motorizados registados e 58 auto-silos públicos e, para automóveis ligeiros e motas, mais de 200 mil e 170 mil lugares de estacionamento, respectivamente, aos quais acrescem ainda os parques privados, portanto, uma cobertura total para os veículos motorizados. Mas, devido a diversos factores, como a conveniência, a zona, as tarifas, etc., a taxa de utilização varia muito de um auto-silo público para outro, pois nalguns esta taxa atinge 98 por cento e noutros só 6 por cento. Quanto às motas, a taxa de utilização é bastante baixa, pois só nalguns casos é que se consegue ultrapassar 60 por cento. Mais, a média da taxa de utilização também não é uma referência precisa, pois cada auto-silo tem o seu próprio pico de utilização, uma vez que, para os que se localizam nas zonas comerciais, normalmente, a parte de manhã é o período de pico, enquanto à noite a situação é mais tranquila, e nas zonas residenciais é o contrário.

Assim, sugiro ao Governo que optimize os critérios de avaliação e recorra à tecnologia de megadados para efectuar estudos e análises pormenorizados sobre a taxa de utilização de automóveis ligeiros e motociclos nos auto-silos de Macau, especialmente nos sete auto-silos que vão sofrer um aumento das tarifas. Espera-se que o Governo optimize, de forma específica, a estratégia de ajustamento das tarifas dos automóveis ligeiros e motociclos, incentivando os operadores dos auto-silos públicos menos procurados a adoptarem políticas de descontos e benefícios. Tomando como referência as experiências das regiões vizinhas, pode-se estudar a cobrança de tarifas de acordo com as horas de ponta para promover o planeamento racional das viagens pelos cidadãos, elevando assim a taxa de rotatividade dos lugares de estacionamento e maximizando a eficácia nos auto-silos mais procurados.

A longo prazo, sugiro ao Governo que efectue uma avaliação de todos os parques de estacionamento públicos e privados e dos lugares de estacionamento

nas vias públicas, e analise a situação nos diversos períodos do dia. Deve-se planejar, de forma geral, a construção de parques de estacionamento públicos nas diferentes zonas, aproveitando, através da nova lei, de forma flexível, os terrenos desaproveitados. Nas zonas onde é grande a procura de lugares de estacionamento e faltam auto-silos, deve-se procurar terrenos adequados para a construção de parques de estacionamento ao ar livre, ou ponderar a construção de auto-silos automáticos ou em altura, acelerando a construção de parques inteligentes. Deve-se otimizar aspectos como a espera para a entrada nos auto-silos públicos e a sinalização dos lugares de estacionamento disponíveis, a fim de aliviar o engarrafamento de automóveis nas vias públicas e resolver, de diferentes formas, as dificuldades de estacionamento.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 07.11.2023

A Estação da Barra do Metro Ligeiro vai entrar brevemente em funcionamento portanto há que melhorar as instalações complementares envolventes

O Metro Ligeiro é um projecto-chave de desenvolvimento do trânsito promovido pelo Governo, e tem sido alvo da atenção da sociedade ao longo dos anos. Tiveram recentemente início as obras de concepção e construção da Linha Leste, e a entrada em funcionamento da Estação da Barra está prevista para o final deste ano, o que simboliza a ligação com sucesso da linha da Taipa à Estação da Barra, e o Metro Ligeiro vai desempenhar melhor o seu papel no sistema de transportes terrestres, oferecendo mais opções de deslocação aos residentes e turistas.

Com vista a elevar a eficácia dos transportes públicos e dos serviços do Metro Ligeiro, o Governo construiu o Centro Modal de Transportes da Barra, racionalizou os itinerários dos autocarros, e aperfeiçoou as instalações de transbordo para táxis e os sistemas pedonais. Além disso, este ano, a capacidade do Metro Ligeiro também aumentou de forma estável, tendo ultrapassado, pela primeira vez, os 10 000 passageiros por dia, reflectindo o aumento contínuo da sua eficácia.

No entanto, recorde-se que se têm verificado vários problemas, grandes e pequenos, desde a entrada em funcionamento da Linha da Taipa, tais como avarias frequentes, inconveniência no pagamento, desaproveitamento das instalações periféricas, etc. portanto, o Governo deve aperfeiçoar a operação e gestão do metro ligeiro e a exploração do mercado, bem como as instalações complementares das estações, pois só assim será possível atrair mais turistas e residentes a utilizar o metro ligeiro e elevar a respectiva taxa de utilização; e deve ainda criar mais instalações comerciais complementares e desenvolver actividades temáticas relacionadas com o turismo e a cultura, pois só assim será possível transformar o fluxo do trânsito em aumento económico e maximizar a eficácia global do sistema de metro ligeiro.

Então, sugiro o seguinte:

1. Com o aperfeiçoamento do metro ligeiro, o Governo deve revitalizar, rapidamente, as instalações comerciais complementares nas estações, e estudar a implementação de políticas para aumentar a atractividade entre os comerciantes, promover a concentração de pessoas, e estimular a vitalidade comercial. Tendo em conta os bons resultados do programa “Passe do Metro Ligeiro Mak Mak”, lançado pelos Serviços de Turismo, sugere-se ao Governo que implemente, activamente, mais medidas de promoção, por exemplo, actividades de divulgação sobre a entrada em funcionamento da Estação da Barra, com vista a atrair mais cidadãos e turistas a utilizarem o metro ligeiro.

2. A Estação da Barra vai entrar brevemente em funcionamento, então, deve haver um bom serviço de correspondência entre o metro ligeiro e os autocarros, especialmente nas ligações directas entre esta estação e os diversos postos fronteiriços. Há que ter em conta o horário e a frequência do metro ligeiro e dos autocarros, aperfeiçoar os planos sobre o centro modal de transportes “ponto a ponto”, e assegurar que, em caso de avaria do metro, as empresas de autocarros prestem apoio imediato, maximizando a coordenação mútua de recursos.

3. Tomando como referência a passagem aérea da Avenida de Guimarães, há que realizar, quanto antes, um estudo sobre a viabilidade da ligação entre a estação ES2 da Linha Leste e a passagem aérea da Avenida do Nordeste, com vista a aumentar a eficácia do sistema de transportes colectivos e a concretizar as “três redes”: a rede do metro ligeiro, a rede pedonal e a rede rodoviária.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 07.11.2023

Rever o mecanismo de fiscalização das creches, e aumentar o número de cuidadores

Há dias, uma bebé apresentou anomalias, após a sesta na creche, e foi transportada para o hospital, onde acabou por morrer depois das tentativas de socorro. Fiquei triste, assim como muitos cidadãos, os pais ficaram preocupados, e surgiu uma discussão acesa na sociedade sobre o regime de fiscalização das creches.

A verdade do incidente ainda está por apurar, mas podemos analisar o caso, do ponto de vista político.

Segundo o Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Creches 2018-2022, produto dum estudo encomendado pelos serviços competentes, os motivos da utilização destes serviços são, na maioria, a preparação para a frequência do jardim-de-infância, a comunicação com mais crianças da mesma idade, e a independência das crianças, só 12,4% responderam “sem recursos humanos para cuidar das crianças”. Com base neste estudo, na elaboração do referido plano, os serviços competentes focaram-se no aumento das vagas no ensino infantil, para fazer face ao crescimento da população. Porém, no caso dos pais que dependem das creches, o posicionamento, o tipo de serviços e os cuidados individuais não são adequados nem vantajosos para as crianças com menos de um ano.

Não há dúvida que o Governo procura, proactivamente, satisfazer as necessidades na guarda de crianças, e a nossa taxa de admissões nas creches é mais alta do que noutras regiões, o rácio dos cuidadores é de 1 para 8 a 9, mas em alguns países e regiões vizinhos, o rácio previsto na lei aumentou para 1 para 5, e com a concorrência, algumas creches publicitam até 1 para 4. Em contraste, os serviços das creches de Macau têm muito espaço para melhorias. Com a diminuição da natalidade, os serviços competentes devem promover a especialização e a individualização dos serviços de creche, através da fiscalização e do planeamento.

Segundo o regulamento administrativo vigente, as creches devem dispor, pelo menos, de um técnico de enfermagem ou de um cuidador de saúde que tenha concluído o curso de formação do Instituto de Acção Social, número este que, na prática, dificulta a garantia dos cuidados e da segurança das crianças. No entanto, o novo planeamento faz pouca referência ao ajustamento dos recursos humanos.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões ao Governo e aos serviços competentes:

1. Os serviços competentes devem proceder à avaliação dos actuais manuais de funcionamento das creches e modelo de fiscalização, e reforçar a respectiva fiscalização e gestão.

2. Devem ponderar o reforço do apoio às creches subsidiadas, atribuindo mais recursos para aumentar para 1:5 o rácio crianças/educadores ou cuidadores, para as crianças poderem usufruir de cuidados e protecção suficientes, e evitar a repetição de tragédias.

3. Devem rever o regulamento administrativo sobre a distribuição do pessoal das creches, e exigir o aumento adequado do número de cuidadores de saúde, tendo em conta o rácio de crianças, com vista a otimizar os recursos humanos necessários para cuidar das crianças até aos 18 meses.

Sendo Macau uma sociedade onde a taxa de natalidade é baixa, uma das tarefas para aumentar a vontade de ter filhos é otimizar os serviços das creches, pois nem todas as famílias em que ambos os pais trabalham têm capacidade económica suficiente para contratar amas, ou têm a sorte de ter ajuda dos mais velhos, por isso, na definição do plano de serviços para crianças, há que ter em consideração as necessidades de algumas famílias e a atribuição de subsídios adequados para melhorar a distribuição dos recursos humanos, para se poder prestar cuidados mais especializados e mais atenção às crianças.

O Governo deve ainda, através da lei, implementar políticas favoráveis à família e tomar a iniciativa de incentivar as empresas privadas a seguirem o exemplo, prestando apoio adequado às famílias e às mulheres que necessitam de cuidar das suas crianças, através da criação de condições favoráveis.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 07.11.2023

Aumento da taxa de natalidade

Com os avanços da tecnologia médica, as mudanças no ambiente de vida e a pressão económica, cada vez mais países e regiões desenvolvidos enfrentam os desafios da taxa de natalidade extremamente baixa e da grave diminuição da estrutura familiar. Segundo a Taxa Global de Fertilidade 2023, da Agência Central de Informações dos EUA, em Hong Kong e Macau a taxa de natalidade é de 1,23, ou seja, a quarta taxa de natalidade mais baixa do mundo. Segundo as informações disponibilizadas pelas autoridades da RAEM, a taxa de natalidade tem vindo a registar, desde 2014, uma tendência descendente contínua nos últimos 10 anos, uma situação que é, de facto, preocupante.

Francamente, os salários não aumentam, os preços da habitação ultrapassam largamente a capacidade económica dos residentes, os preços dos produtos sobem em flecha e o peso da pressão financeira é cada vez maior, então, tudo isto dissuade as pessoas de terem filhos. Se juntarmos a isto os problemas familiares, como o divórcio e a violência doméstica, e ainda o ambiente social que incentiva a “competição interna”, a instabilidade é enorme, o *stress* também, os jovens sentem-se cansados e esgotados, não querem baixar o seu nível de vida, que, por sua vez, se arrastará até à geração seguinte, e desistem gradualmente da ideia de casar e ter filhos.

No último relatório das LAG de Hong Kong, foi anunciado um cabaz de incentivos à natalidade, nomeadamente, a atribuição de 20 mil dólares de Hong Kong a cada recém-nascido; aumento em 20% da isenção fiscal para as crianças; prioridade no acesso à habitação pública e na compra de casa para as famílias de recém-nascidos; apoio à procriação assistida, através do aumento do número de beneficiários nos serviços públicos e da isenção do imposto sobre as respectivas despesas; aumento do subsídio para os casais trabalhadores; aumento das vagas nas creches e do subsídio; aumento da cobertura dos serviços de recepção pré-escolares; e aumento do número de “amas comunitárias”. São 11 medidas em 4 áreas. Pode ver-se que o Governo de Hong Kong está a tomar medidas proactivas e a investir nos incentivos à natalidade, em diversas vertentes, para criar um ambiente favorável à criação de filhos.

O novo Relatório das LAG vai ser apresentado em breve e já temos um bom exemplo para referência. Se o Governo não tiver melhores estratégias para resolver a baixa taxa de natalidade, será difícil dar resposta às reais necessidades da sociedade, assim, espero que cumpra as suas funções e deveres para responder, com precisão, às causas da queda da taxa de natalidade em Macau, lance medidas de apoio à natalidade, para reduzir os custos com a procriação e a criação; aperfeiçoe os serviços das creches e as políticas de emprego; crie uma plataforma sobre o casamento, para informar os jovens em idade de casar, de

(Tradução)

forma verdadeira e fiável, sobre o casamento e a criação de amizades; e adite a opção de recém-casados e recém-nascidos na candidatura à habitação pública. No sentido de abrir caminho ao aumento da taxa de natalidade em Macau e adoptar medidas para proporcionar oportunidades de procriação, pode tomar-se como referência as medidas dos países e regiões com baixa taxa de natalidade, por exemplo, Singapura dá prioridade à resolução das necessidades habitacionais, os países mais avançados da Europa empenham-se na implementação de políticas favoráveis à família, etc.

José Maria Pereira Coutinho

“A surpreendente morte de uma bebé de quatro meses numa creche local”

A morte surpreendente de uma bebé de quatro meses, numa creche local, deixou, naturalmente, os pais em estado de choque.

O incidente ocorreu no dia 19 de outubro passado, e ainda não se sabem as razões que originaram esta tragédia, em que perdeu a vida uma bebé saudável, num centro de acolhimento de crianças.

Ao atender a mãe da bebé, pude perceber a sua desorientação, o choro frequente, bem como a sua falta de energia para trabalhar. De acordo com o que pude também apurar, em casa, ela tem vindo a atravessar um período de intensa agonia, e depressão, além de demonstrar uma apatia extrema em relação aos familiares e amigos, pairando sobre o ambiente familiar um sentimento profunda solidão e tristeza.

O bebé faleceu no dia 19 de outubro, o que significa que já se passou mais de meio mês desde então. No entanto, até hoje, dia 7 de novembro, os pais ainda não receberam explicações sobre como um bebé saudável pode ter morrido numa creche que supostamente estava apta a cuidar de crianças. É importante questionar quais eram as competências e habilitações dos auxiliares de cuidados de saúde e cuidadores de crianças, e se havia um número suficiente de profissionais qualificados. Será que as autoridades competentes consideraram suficiente que a creche tenha apenas uma pessoa com o 6º ano do ensino básico para ser responsável pelo cuidado de um bebé de quatro meses? Além disso, é necessário saber se os auxiliares da creche podem desempenhar funções semelhantes às dos ajudantes de cuidados de saúde e cuidadores de crianças, mesmo sem formação académica e experiência profissional. Essas perguntas só podem ser respondidas pelo Instituto de Acção Social.

Tanto a Portaria nº 156/99/M de 24 de maio, que aprova as Normas Reguladoras da Instalação e Funcionamento de Creches, como a legislação subsequente, que estabelece os critérios para a contratação de pessoal em creches, estão claramente desatualizadas e precisam ser revistas com a máxima urgência. É fundamental que sejam feitas alterações para evitar que tragédias semelhantes ocorram novamente.

A certidão de óbito da bebé de quatro meses menciona a "Síndrome de Morte Súbita do Lactente (SMSL)", o que leva os pais a questionarem como uma bebé saudável pode ter morrido de forma repentina. Os pais têm dúvidas, por exemplo, em relação à hora exata e ao local onde a bebé faleceu. Eles questionam se houve demoras na chamada da ambulância e quanto tempo demorou para que o médico do hospital público pudesse tentar salvar a vida da bebé. Os pais desejam explicações claras sobre se a bebé morreu na creche e antes da chegada da ambulância. Além disso, eles querem saber se a ambulância apenas transportou o corpo e se a urgência do hospital público apenas declarou o óbito do bebé.

No entanto, se a bebé supostamente chegou com vida às urgências do hospital público, conforme mencionado no certificado de óbito, surge então a questão de saber que tipo de assistência médica foi prestada à bebé no hospital. Até o momento, os pais não foram contactados pelo médico que teria prestado assistência à bebé, supostamente ainda viva. Essas são dúvidas legítimas que os pais têm e desejam que sejam esclarecidas o mais rápido possível.

Um abaixo-assinado está a circular pela cidade, assinado por pais com filhos menores, exigindo que as autoridades competentes trabalhem mais para garantir a segurança nas creches. Eles propõem a adopção de medidas preventivas, como a instalação de câmaras de vigilância nas creches públicas, e privadas, utilizando a tecnologia de vídeos das câmaras inteligentes com armazenamento na “nuvem”. Isso permitiria que pais, e responsáveis, tivessem acesso fácil e eficiente às câmaras, garantindo que as crianças estejam seguras, e bem cuidadas, como já acontece em cidades desenvolvidas tais como Beijing, Taipei, Seul, Nova Iorque ou Bucareste.

As creches desempenham um papel fundamental na vida dos bebés, sendo consideradas a segunda casa deles. A saúde e bem-estar dos bebés nas creches são preocupações constantes para os pais. É essencial que aqueles que trabalham nesses locais e cuidam dos bebés tenham plena consciência da extrema vulnerabilidade dessas crianças e da necessidade de cuidados especiais por parte de profissionais competentes e qualificados. É fundamental compreender as necessidades específicas desses bebés, especialmente nos primeiros anos de vida, e proporcionar conforto e segurança, tanto para os bebés, como aos seus pais. Isso inclui a disponibilidade de salas de repouso, salas de actividades e áreas para troca de fraldas. As creches responsáveis pelo cuidado de bebés tão jovens devem contratar profissionais de segurança e enfermagem qualificados e habilitados, com as competências necessárias para cuidar dessas crianças de tenra idade.

As creches devem oferecer cursos de formação profissional para lidar com emergências, além de contar com enfermeiras e cuidadores de saúde em número suficiente, que possuam conhecimentos básicos de primeiros socorros. É essencial que as pessoas que cuidam dessas crianças sejam sensíveis às suas necessidades básicas, como dor, fome e sono, e sejam capazes de proporcionar estímulos visuais, motores, linguísticos e afectivos.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 07.11.2023

Acelerar o aperfeiçoamento das políticas de talentos na Zona de Cooperação Aprofundada e otimizar as instalações complementares relacionadas com a vida da população no “Novo Bairro de Macau”

Desde o início deste ano, têm sido lançadas sucessivas políticas: as “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada”, as “30 Medidas financeiras adoptadas por Hengqin”, as “Medidas de apoio ao desenvolvimento das empresas de Macau implementadas na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, as “Determinadas medidas fiscais de apoio ao desenvolvimento de alta qualidade da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, etc., proporcionando apoio político e salvaguarda institucional eficazes ao desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada. Porém, como existem muitas diferenças entre os regimes do Interior da China e de Macau, os residentes de Macau enfrentam dificuldades para se integrarem no desenvolvimento daquela Zona. Para resolver as dificuldades de desenvolvimento e construção da Zona de Cooperação Aprofundada e criar um ambiente favorável à habitação e ao emprego, em consonância com os de Macau e da comunidade internacional, é necessária uma boa articulação entre os vários regimes jurídicos e as medidas de apoio social, para acompanhar as diversas necessidades dos residentes e proteger os seus direitos e interesses, a fim de aumentar o interesse dos residentes e das empresas da RAEM em viverem e desenvolverem-se na referida Zona. Assim, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Segundo os objectivos de desenvolvimento do Projecto geral, até 2024, vão estar criados quer a estrutura do desenvolvimento da integração Hengqin-Macau quer o suporte à promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, por isso, o próximo ano é um ano importante para avaliar os resultados da primeira fase de desenvolvimento da construção. Como a conclusão da primeira fase significa a entrada na recta final, espero que o Governo e os serviços competentes da Zona de Cooperação Aprofundada reforcem a articulação e promovam, em conjunto, a concretização dos trabalhos prioritários do Projecto geral, acelerando o ritmo e concentrando esforços para concretizar rapidamente os referidos objectivos.

2. A Zona de Cooperação Aprofundada é uma plataforma importante de Macau, para a sua integração no desenvolvimento do país, com as suas quatro indústrias que se articulam bem com a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada de Macau, mas faltam quadros qualificados, e como as indústrias estão na fase inicial do seu desenvolvimento, têm mais dificuldades em recrutá-los. Espera-se que o Governo da RAEM reforce a comunicação com o governo do Interior da China, no sentido de, para além das actuais medidas, como a política de benefício fiscal de “Duplo 15%”, lançar mais medidas de benefício e aperfeiçoar

as diversas vertentes, como a passagem fronteiriça, segurança social, qualificação para o exercício de profissões, residência dos quadros qualificados, etc., com o objectivo de enriquecer os canais de emprego na Zona de Cooperação Aprofundada para os residentes de Macau e quadros qualificados de outras regiões, de alargar as opções de ocupação profissional, de reduzir os custos de vida e de empreendedorismo, e de criar um bom ambiente de desenvolvimento para a realização pessoal, desenvolvimento profissional e mobilidade vertical dos quadros qualificados. Há também que estudar a criação de universidades na Zona de Cooperação Aprofundada, aumentando constantemente os recursos educativos de qualidade, para atrair, formar e reter os jovens talentosos.

3. Segundo afirmações da Macau Renovação Urbana, S.A., vão ser empregados todos os esforços para iniciar a venda das fracções do “Novo Bairro de Macau” em Novembro. Os residentes de Macau estão preocupados com isto, com as diversas instalações de apoio à vida quotidiana e com os serviços que vão ser disponibilizados na Zona de Cooperação. Assim, espera-se que as respectivas informações sejam divulgadas oportunamente e que as necessidades dos residentes de Hengqin e de Macau sejam tidas em conta, para promover, quanto antes, o aperfeiçoamento e a articulação dos diversos serviços públicos, por exemplo, a extensão dos cuidados de saúde e dos benefícios sociais de Macau a Hengqin, otimizar os serviços de transporte na Ilha de Hengqin e entre os dois lados da fronteira, aperfeiçoar as políticas de interligação educativa, estabelecer a interconexão entre a “Conta única de acesso comum” e a plataforma de serviços administrativos online da Zona de Cooperação Aprofundada, entre outros.

4. Empenhar-se nos diversos trabalhos de divulgação e promoção das políticas benéficas para Macau, definir as políticas tendo em conta o público-alvo, organizar periodicamente visitas de estudo e intercâmbios para o público-alvo das políticas e para os residentes de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada, conhecer o ambiente real da vida local, do comércio, do emprego e da aprendizagem, reforçar a divulgação dos procedimentos de candidatura das respectivas políticas, estudar a criação de uma base de divulgação das políticas benéficas para Macau na Zona de Cooperação Aprofundada e promover a integração activa dos residentes no desenvolvimento nacional.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 07.11.2023

Estabelecimento de um regime razoável quanto às Residências para Idosos, a fim de beneficiar mais os idosos carenciados

Para concretizar a política de habitação dividida em cinco classes proposta pelo Governo, os serviços competentes anunciaram, em meados do mês passado, os critérios de pontuação e as rendas da Residência para Idosos, e começaram ontem a aceitar as respectivas candidaturas. A comunidade está muito satisfeita com a implementação das Residências para Idosos, que, sem dúvida, darão aos idosos mais opções para fazer face às suas necessidades habitacionais e contribuirão para melhorar ainda mais a sua qualidade de vida. Mas, na sequência desse anúncio, a comunidade ficou chocada com as rendas e os serviços complementares da Residência para Idosos, tendo mesmo manifestado opiniões diferentes sobre o assunto.

Segundo algumas opiniões, os destinatários das Residências para Idosos são os reformados, cuja vida conta com a pensão para idosos, na ordem de 3740 patacas por mês. No actual mercado imobiliário, mesmo que alguns idosos tenham imóveis próprios, não é fácil alugá-los. Mas o nível da renda determinado pelo Governo baseia-se no mercado, com o preço mais baixo de 5410 patacas por mês e o preço mais elevado de 6680 patacas por mês, o que implica um custo muito elevado para os idosos, pois por este preço já é possível alugar uma fracção com dois quartos na mesma zona. Ora, para as primeiras 759 fracções, apesar de os candidatos beneficiarem de um desconto de 20 por cento nas rendas, a renda mensal ascende a 4328 patacas, o que continua a ser muito superior ao montante mensal da pensão para idosos, na ordem de 3740 patacas. Esta situação fez com que muitos idosos suspirassem por uma habitação, pois a possibilidade de melhorar a sua vida foi, entretanto, reduzida. Há também opiniões de que como, actualmente, a idade de candidatura à Residência para Idosos está fixada em 65 anos ou mais, e a idade do cônjuge que reside com o candidato tem de ser igual ou superior a 60 anos, isso também vai resultar na separação em relação a alguns cônjuges com menos de 60 anos, restringindo assim as oportunidades de os idosos carenciados viverem felizes.

O Governo sublinhou, repetidamente, a necessidade de ter por base a população. Perante as opiniões sociais sobre o plano das Residências para Idosos, o Governo deve seguir os bons conselhos, em vez de continuar a escolher o que acha que é bom e a fazê-lo por fazer. A comunidade espera que o Governo continue a melhorar este plano para aperfeiçoar ainda mais o ambiente habitacional dos idosos, melhorando a sua qualidade de vida e permitindo-lhes desfrutar de uma velhice tranquila e sem preocupações.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo investiu tantos recursos públicos na construção da Residência para idosos, portanto, o objectivo principal e a ponderação devem ser maximizar o interesse público. Assim, sugiro relaxar ainda mais os requisitos para a candidatura à Residência para idosos, sobretudo o limite de idade, para que os idosos com necessidade possam ter um ambiente habitacional ainda melhor, gozando de uma vida condigna na velhice.

2. Os idosos, na sua maioria, vivem apenas da pensão mensal e, mesmo que vivam em casa própria, a vida ainda é sustentável. Se tiverem de pagar uma renda mensal de cinco a seis mil patacas na Residência para idosos, isso acaba por tornar a vida insustentável. Mesmo que consigam arrendar a sua fracção do prédio antigo, a renda desta não é suficiente para pagar a da residência, pois vão ter que pagar o montante em falta com o seu dinheiro. Então, se não tiverem dinheiro suficiente para pagar o seu dia-a-dia, o que se pode fazer? Sobretudo, como o mercado imobiliário está em baixo, não é nada fácil arrendar fracções em prédios antigos. Mais, aquando da implementação do projecto da Residência para idosos, o Governo não adoptou medidas complementares como a hipoteca inversa, factores que levam a que muitos idosos se sintam preocupados com os pedidos de residência, dificultando a sua decisão. O Governo tem de rever o regime de fixação de preços em questão, não só tendo em conta o desenvolvimento do mercado, mas também a capacidade económica dos idosos, portanto, sugiro ao Governo que, se tiver condições, reduza ainda mais a renda, para a aproximar mais da capacidade dos idosos e melhor concretizar o princípio de “ter por base a população” definido nas LAG.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 07.11.2023

Reforçar o investimento na educação e compensar o trabalho árduo dos docentes

A educação é a base para a formação de profissionais necessários para o desenvolvimento. Nos últimos três anos, de tempos difíceis devido à pandemia, o Governo persistiu na política de “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “da formação de quadros qualificados”, mantendo os recursos investidos na educação, o que merece o reconhecimento da sociedade. Com o fim da pandemia, o Governo está a acelerar a concretização do objectivo da diversificação adequada da economia, destacando a importância da formação de quadros e da qualidade da educação, e essas tarefas vão ser da responsabilidade directa dos docentes da linha da frente.

Ao longo dos anos, para garantir a qualidade das aulas, os docentes locais têm cumprido dedicadamente as suas funções e responsabilidades, melhorando o seu nível de conhecimentos e técnicas pedagógicas, para responder às exigências dos alunos e da sociedade quanto à qualidade da educação. No entanto, com o rápido desenvolvimento e a actualização dos conhecimentos, os professores têm de gastar muito tempo e energia na aprendizagem e na adaptação ao novo modelo pedagógico, mas os cursos de formação e os instrumentos inteligentes não conseguem satisfazer, plenamente, as necessidades dos diferentes docentes. Além disso, muitos docentes afirmam que o volume de trabalho não lectivo aumentou significativamente e que, com a fusão dos diversos fundos da área educativa e as mudanças da forma de financiamento, passaram a gastar mais tempo nos trabalhos administrativos, nomeadamente, nos pedidos de apoio financeiro, e na apresentação e apreciação de relatórios, com requisitos cada vez mais complexos e exigentes. Houve mesmo casos em que as escolas tiveram de apresentar informações de há três ou mais anos, de acordo com as disposições do novo Fundo Educativo, sobrecarregando os professores e o pessoal administrativo.

Mais, nos últimos anos, o surgimento de problemas psicológicos e emocionais entre os alunos é cada vez mais comum. Os professores da linha de frente precisam de mais tempo para observar e prestar atenção às mudanças dos alunos, físicas e mentais, portanto, assumem-se como parceiros dos alunos, uma situação que também lhes causa pressão.

Para elevar o profissionalismo do pessoal docente de Macau, aliviar a pressão do seu trabalho não lectivo, assegurar a saúde física e mental dos professores e estabilizar o desenvolvimento da respectiva equipa, sugiro o seguinte:

1. Aperfeiçoar a formação e o desenvolvimento profissional para ajudar o pessoal docente a explorar o ensino inteligente. Em articulação com a necessidade de formar quadros qualificados com competências diversificadas e múltiplas,

sugere-se que as autoridades de educação, atendendo às mudanças do futuro ensino e do desenvolvimento dos programas pedagógicos, definam planos de formação sustentável e específicos para o pessoal docente, o que, por um lado, pode aumentar, sistematicamente, o nível e as técnicas de ensino dos professores da linha de frente; e, por outro, o efeito trazido pelo ensino inteligente para a leccionação do pessoal docente, promovendo mais programas de apoio, como a cooperação entre o Centro de Ciência e as escolas, com vista a um desenvolvimento mais pleno do ensino inteligente em Macau.

2. Simplificar o funcionamento do Fundo Educativo e reduzir os trabalhos administrativos dos docentes. O sector da educação reconhece que se deve assegurar o uso eficaz do erário público atribuído através deste Fundo, mas a burocracia administrativa aumenta o volume de trabalho não pedagógico dos docentes. Sugiro às autoridades que sintetizem, quanto antes, as experiências adquiridas no passado com este Fundo, pois há que otimizar e actualizar o seu sistema electrónico, reduzir as normas burocráticas, e evitar constantes alterações administrativas e que novas normas regulem assuntos antigos. Ao mesmo tempo, há que realizar estudos específicos sobre os trabalhos não pedagógicos dos docentes, a fim de promover medidas específicas para ajudá-los a reduzir o volume de trabalho não pedagógico.

3. Otimizar a distribuição do pessoal das escolas para dar resposta às necessidades físicas e psicológicas dos alunos. Tendo em conta o aumento da procura de aconselhamento emocional e psicológico dos alunos nos últimos anos, sugiro que, com base nos actuais serviços de aconselhamento do ensino superior e não superior, se optimize a distribuição do pessoal no trabalho de aconselhamento aos alunos. Há que reduzir, ainda mais, o rácio entre os alunos e os agentes de aconselhamento psicológico, dando-lhes mais tempo para cuidar dos alunos; e, se os recursos humanos na área do ensino infantil forem suficientes, há que promover o trabalho de “três professores por turma”, com vista a proporcionar um melhor ambiente para o ensino infantil e formar, quanto antes, uma melhor qualidade física e mental dos alunos.

4. Adoptar medidas práticas para agradecer o trabalho árduo prestados pelos docentes. Já se passaram três anos lectivos desde 2020/2021 e, durante este período, não foi actualizado o subsídio para o desenvolvimento profissional dos docentes, assim, sugiro que se adoptem, quanto antes, medidas concretas para dar resposta e agradecer o esforço e a dedicação dos docentes.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 07.11.2023

Revitalizar as zonas urbanas de Macau em prol do impulsionamento do desenvolvimento económico e cultural

No final de 2022, aproveitando a oportunidade da renovação das licenças de jogo, o Instituto Cultural (IC) e as seis concessionárias decidiram proceder, conjuntamente, sob a liderança do Governo, à revitalização de seis bairros históricos, a fim de explorar, integrar e revitalizar mais bairros turísticos icónicos de longa data com características culturais tradicionais, e de assegurar a sua plena ligação, de modo a restabelecer a glória desses bairros, embebidos de conotações históricas e culturais. Isto não só contribui para aumentar os elementos turísticos e culturais de Macau, como também permite que os visitantes conheçam o estilo de vida dos residentes no passado, com a montagem de um cenário e de uma breve apresentação, aditando assim um interesse extra à visita. Os seis bairros são: a zona pedonal da Rua da Felicidade, as Pontes-cais n.º 23 e 25 do Porto Interior, a zona entre a Avenida de Almeida Ribeiro e a Rua de Cinco de Outubro, a Zona da Barra no entorno da Doca D. Carlos I, a Antiga Fábrica de Panchões Iec Long e os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun.

Mais, através do Fundo de Desenvolvimento da Cultura, podem ser renovados, revitalizados e aditados elementos comerciais a edifícios antigos de valor histórico e cultural, o que não só contribui para aumentar os elementos turísticos, mas também para preservar as construções (zonas) históricas, a par de poderem ser conjugadas com as indústrias cibernéticas e digitais para criar novos elementos. No âmbito da salvaguarda do património cultural, o IC lançou também, em 2 de Novembro deste ano, o primeiro projecto de revitalização de edifícios históricos: as Vivendas de Mong-Há. Durante o processo de restauro, foram preservadas as características arquitectónicas originais portuguesas, com o objectivo de promover o desenvolvimento das indústrias culturais através da revitalização do património.

Neste contexto, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. A Lei de salvaguarda do património cultural já entrou em vigor há vários anos e, quanto às atribuições e ao mecanismo de coordenação no âmbito da protecção do património cultural, o Governo deve conceder apoio financeiro e político à protecção do património cultural privado, para assegurar a execução eficaz dos trabalhos de protecção, e, através da cooperação com os promotores privados, fornecer soluções eficazes para apoiar os proprietários nos trabalhos de protecção referidos.

2. Existem em Macau construções históricas nos bairros antigos, portanto, como se pode integrá-los nas zonas novas, revitalizando e elevando o centro histórico e as construções históricas, e introduzir novas ideias, para que estas construções e o desenvolvimento urbano se conjuguem harmoniosamente?

Espero que o Governo possa, quanto antes, publicar propostas viáveis sobre os bairros antigos com potencialidades de desenvolvimento, concretizando-as para a revitalização dos mesmos.

3. Ainda existem em Macau muitos outros locais com valor patrimonial, mas com falta de atractividade e de promoção. Então, pode-se aproveitar a diversidade do património para promover a sua integração na vida moderna, recorrer às indústrias culturais e criativas e do turismo, para manter o património cultural vivo na sociedade e criar um novo espaço de desenvolvimento para as indústrias referidas, impulsionando o desenvolvimento económico local.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 07.11.2023

Rever os problemas da política habitacional que abrange cinco tipos de habitação para definir uma política habitacional geral

No início do seu mandato, o Governo apresentou a política habitacional composta por cinco tipos de habitação: habitação social, habitação económica, habitação para a "classe sanduíche, habitação para idosos e habitação privada, e obteve muito apoio na sociedade. No entanto, como não se conseguiu aperfeiçoar oportunamente a sua execução e os seus pormenores tendo em conta as opiniões da sociedade e o ambiente económico, os cinco tipos de habitação passaram gradualmente, ao fim de alguns anos, a "cinco classes", devido à falta de medidas de mobilidade vertical. Nos últimos anos, devido à epidemia e à economia, o mercado imobiliário esteve em baixa, as candidaturas à habitação económica foram poucas, a reacção da sociedade à habitação para idosos não foi a esperada, e só foi recebida uma proposta no concurso público para dois terrenos. Tudo isto demonstra que a política habitacional apresenta problemas estruturais.

Nos últimos anos, o Governo tem salientado que o tempo médio de espera para a atribuição de habitações sociais é de cerca de um ano. Assim, quando se iniciou o concurso permanente para a habitação social, em Agosto de 2020, mais de mil agregados familiares conseguiram, de facto, uma habitação no prazo de dois anos após a candidatura permanente (768 fracções no Edifício Mong Tak, em 2021, e 510 fracções no Edifício Toi Fai, em 2022). No entanto, de acordo com os dados do Instituto de Habitação, ainda estão em lista de espera 2334 agregados familiares, mas existem apenas 107 habitações sociais disponíveis, todas T3 e T4; mais, existem 492 fracções reparadas, 426 das quais são T1 e T2. Muitos que se candidataram à habitação social através do mecanismo permanente já estão há mais de três anos em lista de espera sem conseguirem uma casa, o que não corresponde ao que o Governo diz, ou seja, "o tempo médio de espera para uma habitação social é de 1 ano".

A habitação económica tem sido o pilar da política de habitação pública e uma ponte eficaz para a mobilidade vertical dos residentes. Em 2011, o Governo alterou a lei, aumentando significativamente o prazo de proibição de venda de habitação económica de 6 para 16 anos, mas, ainda não se tinham passado 16 anos quando o Governo, em 2020, reviu, mais uma vez, a Lei da habitação económica, para esta habitação manter sempre a mesma natureza, transformando-a assim em "habitação social", o que quase interrompeu as oportunidades dos compradores de habitação económica de subirem e melhorarem as suas condições de habitação. Em 2019, registou-se um número de candidaturas à habitação económica mais de 11 vezes superior às 3011 fracções disponibilizadas, e em 2021, este número foi apenas mais de duas vezes superior às 5254 fracções disponibilizadas. Em Setembro deste ano, o Governo anunciou a abertura de um concurso para 5415 habitações económicas, e decorridos três meses, ou seja, o prazo de candidatura

já vai em metade, só foram recebidas cerca de 900 candidaturas, portanto, os meios a que o Governo recorre para reprimir a procura de habitação económica foram, sem dúvida, bem-sucedidos!

No entanto, desde 2018, ou seja, há cinco anos, que o Governo não disponibilizou nenhum novo projecto de habitação económica aos residentes, até procedeu à revisão da lei para fixar, irracionalmente, os preços das habitações económicas. No passado, o preço médio por pé quadrado das habitações económicas não ultrapassava 2 mil patacas, e cada projecto era lucrativo, por isso, oponho-me ao preço ter sido fixado em 4 ou 5 mil patacas, tendo em conta o prémio de concessão. O que é difícil de aceitar é que, para além da insuficiência de oferta, o Governo nada fez quanto ao preço por pé quadrado das habitações económicas, e até as habitações económicas de 2019, cuja conclusão está prevista para o próximo ano, ainda não têm um limite por pé quadrado. Para os candidatos que necessitam de preparar uma primeira prestação para a compra de uma habitação económica, o que o Governo está a fazer é pior do que o que fazem alguns empresários desonestos do sector imobiliário! Ademais, a nova Lei da habitação económica, que entrou em vigor em 2020, introduziu novas disposições: os candidatos devem satisfazer os limites de rendimento e património no momento da candidatura e também devem satisfazer os mais recentes limites de rendimento e património antes de obter a fracção. Isto significa que os candidatos à habitação económica do ano de 2021, ou depois, só sabem se preenchem os requisitos de acesso à habitação antes da atribuição das fracções, o que contraria o princípio da não retroactividade da lei, é imprevisível, e é injusto para os candidatos.

Para além disso, o Governo gastou muito dinheiro para transformar as habitações económicas em habitações sociais para resolver a procura, e a par disso, as habitações económicas cujo prazo de proibição de venda é de 16 anos foram transformadas em habitações intermédias, mas, até agora, ainda não existe uma calendarização sobre a sua oferta, o que não responde à procura. Esta forma de “matar a fome com o desenho dum bolo” reflecte que o Governo não tem intenção de resolver, pela raiz, o problema da habitação dos jovens, através da oferta razoável de imóveis, e que as políticas de habitação económica e de habitação intermédia acabam por fracassar se não houver alterações significativas.

A residência para idosos é a mais esperada pela sociedade, mas após a divulgação das rendas e das instalações complementares, suscitou-se de imediato a discussão no seio da sociedade, que entende que as instalações complementares não se coadunam com o valor das rendas. O *design* das fracções T0, a falta de espaço para armazenamento, etc., também não correspondem aos hábitos de vida da maioria dos idosos e, aliás, não se viu nada sobre os serviços de alimentação e cuidados nutritivos, que despertam maior atenção dos idosos. O Governo salientou que a residência para idosos não era um benefício social e que as rendas deviam ser fixadas com base nos preços de mercado, no entanto, não

consegue oferecer serviços e instalações diversificadas correspondentes às necessidades do mercado. Assim, é natural que as rendas ultrapassem as expectativas dos idosos. Além disso, noutras regiões, a falta de rendimento dos idosos faz parte da consideração no âmbito da residência para idosos, e os respectivos governos disponibilizam planos de financiamento, incluindo o aluguer colectivo do prédio onde residem, a hipoteca inversa ou o direito à habitação através de um só pagamento, entre outros factores. No entanto, o Governo não dispõe de qualquer proposta para isso, o que não permite que os idosos vivam tranquilamente e contraria, evidentemente, a intenção original da política.

Recentemente, o Governo leiloou, pela primeira vez nos últimos 15 anos, dois terrenos destinados à habitação, mas ninguém se candidatou a um deles, e o outro só recebeu uma proposta de valor ligeiramente superior ao preço base, o que demonstra a falta de uma política geral de habitação em Macau. Mais, o Governo ainda não divulgou o preço e o âmbito das habitações económica e intermédia, por isso, o sector comercial não consegue prever a procura nem avaliar o valor dos terrenos.

É de salientar que têm surgido problemas relativos à execução concreta dos cinco escalões de habitação, por isso, o Governo deve verificar as razões que levaram à sua má execução e à sua dificuldade de execução, bem como proceder a uma revisão global e ao respectivo aperfeiçoamento. O mais importante é definir uma política geral de habitação que abranja a oferta de habitações privadas e públicas, para a sociedade e o sector comercial poderem analisar globalmente a oferta e a procura de habitações com informações objectivas. Só assim é que o mercado imobiliário de Macau pode desenvolver-se de forma saudável, estável, e a longo prazo.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 07.11.2023

As mudanças das políticas devem ser efectuadas depois de uma consulta efectiva às opiniões da população

Há dias, o Governo anunciou que, a partir de Novembro e Dezembro, iam aumentar as tarifas dos sete auto-silos públicos com maior taxa de utilização, as dos automóveis particulares vão aumentar uma ou duas patacas, consoante o período do dia, assim como as dos motociclos. O Governo quer, com esta medida, aumentar a taxa de circulação dos auto-silos nas horas de ponta, para o público poder utilizar, de forma mais justa, os recursos limitados de estacionamento público, aperfeiçoar a utilização dos auto-silos, e resolver o problema do trânsito nas entradas e saídas destes.

O turismo está a recuperar gradualmente, mas a economia social ainda não recuperou totalmente. Durante a epidemia, muitos cidadãos perderam o emprego e, embora o desemprego esteja a diminuir, há cada vez mais trabalho a tempo parcial do que a tempo inteiro, portanto, os salários ainda têm de aumentar e, além disso, com a recuperação gradual da economia, o preço dos produtos tem aumentado, o custo de vida e os encargos dos residentes são pesados, e o poder de compra ainda não recuperou para os níveis pré-pandemia.

As tarifas do serviço público prestado pelos auto-silos públicos são também um “indicador”, pois se o *timing* e o motivo do aumento não forem adequados, facilmente podem surgir reacções em cadeia, por exemplo, o aumento das tarifas nos privados. Os preços dos produtos sobem em flecha, portanto, as alterações de quaisquer políticas relacionadas com vida da população, nomeadamente as que resultem em aumento significativo do custo de vida, devem ser necessariamente precedidas de auscultação das opiniões, uma vez que o aumento súbito de tarifas pode agravar a pressão dos residentes, para além de desfavorecer a demonstração da democracia nas acções governativas, prejudicando a participação activa da população nos assuntos públicos.

Os auto-silos públicos cujas tarifas vão aumentar ficam, na maioria, perto de bairros comunitários, à volta dos quais os lugares de estacionamento são sempre escassos, e como os moradores e os trabalhadores optam, certamente, por aqueles que ficam mais perto, o aumento das tarifas vai aumentar as suas despesas com o estacionamento; e se os moradores e os trabalhadores optarem por outros auto-silos, aumenta o tempo que gastam nas deslocações e, provavelmente, as emissões de gases de escape, que resultam em poluição do ambiente.

É a natureza da zona que determina a taxa de utilização das respectivas instalações complementares. Então, para resolver verdadeiramente este problema,

ou seja, para utilizar de forma justa os limitados recursos de estacionamento público e reduzir a pressão dos parques com alta taxa de utilização, há que proceder ao planeamento científico e por zona das instalações complementares em causa; recorrer ao aumento das tarifas dos auto-silos em determinadas zonas, para se atingir o objectivo da distribuição equitativa da taxa de utilização, é apenas uma solução paliativa que vai ser alvo de críticas.

Em suma, o aumento das tarifas não foi precedido de auscultação das opiniões de qualquer associação ou do público e carece de fundamento científico, por isso, é difícil convencer a população. Apesar de o valor do aumento ser reduzido, acaba por ser significativo quando se junta ao aumento considerável dos preços dos produtos nesta fase, portanto, esta iniciativa do Governo, de aumentar os preços deste serviço público, constitui um encargo pesado para a população. Sugiro então o seguinte: as autoridades devem suspender este aumento, realizar uma auscultação pública para ouvir, efectivamente, as opiniões da população, e, com base em fundamentos científicos, encontrar outro momento adequado para discutir o assunto; além disso, devem aprender a lição, ou seja, antes da implementação de qualquer política, devem ouvir as opiniões das várias partes e só depois tomar as decisões.

**IAOD dos Deputados Ma Chi Seng, Iao Teng Pio, Pang Chun e Kou Kam Fai
em 07.11.2023**

Cumprir as exigências do País e “tecer” um novo capítulo da educação sobre o patriotismo

Há dias, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional aprovou a Lei da Educação de Patriotismo da República Popular da China, que vai entrar em vigor no dia 1 de Janeiro do próximo ano, e visa reforçar a educação sobre o patriotismo e transmitir e divulgar o espírito patriótico. O seu artigo 23.º estipula o seguinte: “O País adopta medidas para desenvolver a educação cultural e histórica e a educação sobre a implementação de ‘Um País, Dois Sistemas’, reforçando o espírito patriótico dos compatriotas da RAEHK e da RAEM, para terem a consciência de defender a soberania, a unidade e a integridade territorial do País.”

Enquanto região administrativa especial do País, Macau tem a responsabilidade inalienável de cumprir as exigências do País, tomando as devidas medidas para reforçar a educação sobre o patriotismo. Assim, somos da seguinte opinião:

1. Construir bem a base da cultura chinesa. A exigência de formar quadros qualificados que amem o País e Macau só será concretizada com a educação sobre o patriotismo enraizada nas terras de cultura chinesa. No âmbito das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau, o posicionamento de Macau está definido como “Uma Base de Intercâmbio e Cooperação para a Promoção da Coexistência Multicultural com Predominância da Cultura Chinesa”, assim, temos condições, vontade, experiência e capacidade para empregar todos os esforços na transmissão e no desenvolvimento da excelente cultura chinesa. Sugerimos que sejam aproveitados os recursos culturais e históricos de Macau, para reforçar, em diversas vertentes, a educação sobre a conjuntura nacional, a cultura e a história do País, transmitindo e divulgando o espírito do patriotismo; e que se promova, através das amplas redes globais de Macau, o intercâmbio internacional entre os povos e culturas, para apresentar a cultura chinesa ao mundo e fazer de Macau uma plataforma importante para a divulgação da China no exterior, com o objectivo de contar bem a história de Macau e da China, aumentando a capacidade, em termos de *software*, e a influência internacional da China.

2. Congregar as forças da educação patriótica. O patriotismo é um dever de todos os cidadãos e a educação patriótica deve ser promovida em conjunto pelo Governo e pela sociedade. A educação nas escolas primárias e secundárias,

enquanto parte principal da educação patriótica, é importante para a educação moral e ideológica, por isso, temos de unir as forças do sector educativo para reforçar a comunicação e cooperação entre as associações educativas de diferentes origens, docentes e alunos, e serviços públicos e individualidades das diferentes áreas da sociedade, para inovar e expandir, reflectindo-se, assim, as características da civilização moderna da nação chinesa. Quanto aos currículos, os serviços de educação estão a desenvolver os trabalhos de ajustamento ligeiro do “Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local”, para reforçar os conteúdos relacionados com a história e cultura da China, os valores do “amor pela Pátria e por Macau” e a política “Um País, Dois Sistemas”, e a respectiva formação de docentes. E quanto aos recursos pedagógicos, vão ser criadas experiências de aprendizagem mais diversificadas e de maior escala, reforçando a especificidade, a sistematização e a afinidade da educação patriótica.

O futuro do desenvolvimento de Macau depende do sentimento de amor à Pátria e a Macau dos jovens e da sua capacidade profissional para contribuírem para o País. A referida lei tem um importante significado orientador para o desenvolvimento da educação patriótica em Macau, assim, espera-se que o Governo e os diversos sectores da sociedade colaborem bem nos trabalhos, coordenando as forças patrióticas do Governo e de todos os sectores, e promovendo, de forma contínua, a educação patriótica, no sentido de se criar, em conjunto, um novo capítulo da educação patriótica.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 07.11.2023

Aumentar a aplicação das tecnologias digitais e promover o desenvolvimento económico e o aumento do nível dos serviços públicos de Macau

As tecnologias digitais do nosso país já estão, no mundo todo, num nível de liderança, sobretudo nas áreas da inteligência artificial, telecomunicações 5G, análise de megadados e computação em nuvem, e conseguiram um sucesso muito notório no aumento da produtividade e da competitividade das empresas e na optimização da qualidade e eficiência dos serviços públicos. Para o futuro, a “Digitalização da China” vai assumir um papel cada vez mais importante nas estratégias de desenvolvimento do país.

Sob a liderança do Chefe do Executivo, o Governo da RAEM, altamente atento ao desenvolvimento e à aplicação das tecnologias digitais, empenha-se em promover o desenvolvimento da cidade inteligente, tendo conseguido resultados notórios na governação electrónica, construção do tráfego inteligente e demais áreas. A marcação prévia dos serviços em balcão que o Governo disponibiliza via Conta Única abrange 28 serviços públicos e mais de 600 serviços, que incluem os assuntos fiscais, emprego, regalias sociais, identificação, assuntos municipais, governação, educação, cultura, recreação, saúde, notariado, obras públicas, migração, etc., o que facilita e beneficia a população, tendo conseguido um amplo reconhecimento da sociedade.

Para implementar a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, o Governo está a optimizar a estrutura industrial, e a reforçar a promoção da diversificação adequada da economia e o desenvolvimento de alta qualidade. No turismo e lazer integrado, a recuperação pós-epidemia desse sector em especial tem sido mais rápida, e esses resultados não foram fáceis de conseguir.

O Governo pode continuar a aumentar a introdução de tecnologias digitais para apoiar o desenvolvimento económico de Macau, e a promover a modernização e optimização de mais indústrias tradicionais, incluindo a transformadora, e do sector de serviços, assim como melhorar ainda mais a qualidade da produção e a eficiência operacional das empresas, para se conseguir a modernização e inovação industriais e um aumento da eficiência da economia digital.

Ao mesmo tempo, deve ser reforçada a promoção das tecnologias digitais, para elevar a qualidade dos serviços públicos prestados, e disponibilizar serviços públicos mais amplos, precisos e eficientes, promovendo assim a melhoria contínua da qualidade de vida da população e o reforço da sensação de felicidade e de realização dos cidadãos.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 07.11.2023

Promover o patriotismo, enquanto espírito da nova era

Segundo o Grande Dicionário da Língua Chinesa, a primeira ocorrência da palavra “patriotismo” surge nas Estratégias dos Reinos Combatentes: “como é que o Senhor do Reino Zhou pode não ter patriotismo?” Ge Hong, da Dinastia Jin, escreveu no livro “O Mestre que abraça a simplicidade” que o patriotismo dos mártires é como amar o lar. O mártir é qualquer pessoa com integridade e ideais. Zeng Gong, da Dinastia Song, escreveu um poema para a reforma dum governante, elogiando-o pelo seu patriotismo, como os de antigamente. As Estratégias dos Reinos Combatentes foram compiladas há 2 mil anos. Isto quer dizer que os chineses têm uma longa tradição de patriotismo, os idealistas amam o País como amam o seu lar, e os virtuosos amam o País e preocupam-se com a população. Isto é a boa tradição da maneira de ser e de viver da nação chinesa.

Numa perspectiva de longo prazo, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional aprovou, recentemente, a "Lei de Educação Patriótica da República Popular da China", com o objectivo de "reforçar a educação patriótica na nova era, herdar e promover o espírito do patriotismo, consolidar a força vital para a construção integral de um país socialista modernizado e promover integralmente a grande revitalização da nação chinesa." Esta, no seu artigo 23.º, define claramente que "o Estado adopta medidas para promover a educação histórica e cultural e a educação prática sobre 'Um País, Dois Sistemas', reforçando o espírito patriótico dos compatriotas da RAEHK e da RAEM, defendendo conscientemente a soberania nacional, a unidade e a integridade territorial". Isto demonstra que o amor à Pátria é uma responsabilidade que os cidadãos devem assumir perante a Pátria, e que a promoção da educação patriótica também é um dever da RAEM. Pelo exposto, apresento as seguintes duas sugestões:

1. A identidade cultural e a confiança na cultura como núcleo do espírito da educação patriótica

A base do patriotismo é o reconhecimento da cultura chinesa. Segundo a referida lei, “deve persistir-se na orientação ideológica e na formação cultural”. Para a implementação estável e duradoura do princípio “um país, dois sistemas”, devemos dar especial importância à educação dos jovens, à ligação com a história e a cultura locais, e devemos servir de exemplo, para impressionar as pessoas e cultivar o sentimento de solidariedade e de amor pela Pátria e por Macau, com o objectivo de transmitir e divulgar a excelente cultura tradicional chinesa, para se poder desenvolver uma identidade cultural, reforçar a confiança cultural, atingir o objectivo de cultivar o amor à Pátria, e reforçar a coesão nacional.

2. A educação patriótica como pedra basilar na defesa da segurança nacional

Há que apurar a relação entre a educação patriótica, a segurança cultural e a segurança nacional. A segurança cultural é o pilar da segurança nacional, pois sem a primeira, a segunda não será efectivamente defendida; entretanto, a implementação bem-sucedida da educação patriótica também contribui para impulsionar a segurança cultural. Há ainda que avaliar a eficácia da educação patriótica tendo em conta o grau de defesa da segurança nacional e a realidade local, assim, em conjugação com a educação cívica, pode alcançar-se a meta de aproveitar a educação patriótica para promover a segurança cultural e, através desta, defender a segurança nacional.

“Temos de escutar as vozes da chuva, do vento e da leitura; e temos de nos preocupar com a família, o país e o mundo”. Trata-se de um ditado que tem sido transmitido ao longo dos tempos. Que se saiba, o segundo verso foi escrito, em resposta ao verso apresentado pelo seu professor, por Gu Xiancheng, pensador da Dinastia Ming que, com apenas 13 ou 14 anos, já definia as suas aspirações com foco nos assuntos do País. Isto é um exemplo de sucesso da educação patriótica nos tempos antigos. Esperamos conseguir implementar o espírito da Lei da educação patriótica da República Popular da China, formando uma nova geração de sucessores patrióticos com ambições de governar bem o País, como Gu Xiancheng na sua juventude.

IAOD dos Deputados Chui Sai Cheong, Vong Hin Fai e Chan Iek Lap em 07.11.2023

Preparação antecipada para uma articulação com a aplicação da nova lei

A Lei n.º 14/2022 (Regime jurídico de segurança dos ascensores) e o Regulamento Administrativo n.º 11/2023 (Regulamentação do regime jurídico de segurança dos ascensores) entram em vigor, simultaneamente, a partir de 1 de Abril de 2024. Em articulação com a aplicação da nova lei, os equipamentos elevatórios já em funcionamento deviam ter começado a ser registados, com o apoio das empresas de manutenção, no prazo de um ano a contar de 1 de Abril de 2023, e os trabalhos de registo de técnicos de equipamentos elevatórios, entidades de manutenção e entidades inspectoras iniciados em simultâneo.

De facto, a segurança dos ascensores, escadas rolantes e tapetes rolantes afecta directamente a segurança dos utentes. Em caso de acidente, é muito provável que possam pôr a vida em risco, por isso, o Governo deve prestar muita atenção à segurança dos equipamentos de elevadores. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana, em Macau há mais de 10 mil equipamentos elevatórios, dos quais 8 mil são elevadores e 2 mil, escadas rolantes e tapetes rolantes. Segundo os dados do Governo, até 1 de Abril deste ano, estavam registados cerca de 7 mil elevadores, cerca de 70 por cento dos existentes em Macau.

Para uma melhor preparação e articulação do sector com a aplicação da respectiva lei, propõe-se o seguinte:

Acelerar quanto antes a conclusão do registo dos elevadores

Segundo as estatísticas oficiais, cerca de 30 por cento dos elevadores ainda não foram registados, por isso o Governo deve tomar a iniciativa de adoptar diferentes meios para o registo dos elevadores ser concluído o mais rápido possível, para evitar a sua omissão e acabar com incidentes de segurança desnecessários.

Reforçar a cooperação com as associações cívicas e empresas para a realização antecipada dos trabalhos de divulgação jurídica

O “Regime jurídico de segurança dos ascensores” e a “Regulamentação do regime jurídico de segurança dos ascensores” já foram aprovados e, apesar de só entrarem em vigor no próximo ano, proponho ao Governo que colabore com as respectivas associações profissionais e empresas para desenvolver de forma

continuadas acções de divulgação jurídica através de palestras ou sessões de esclarecimento, para os operadores do sector conhecerem claramente o conteúdo dos artigos relativos aos seus direitos e deveres, permitindo que a legislação seja melhor aplicada no futuro.

Efectuar bem os trabalhos de inscrição e inscrição provisória das entidades de manutenção e inspecção, e dos técnicos de ascensores

Após a entrada em vigor da lei, o responsável pelos equipamentos de elevadores deve contratar uma entidade de manutenção para assegurar a sua manutenção diária, e uma entidade inspectora para proceder à inspecção periódica anual, a fim de obter a declaração de aprovação na inspecção, e assegurar que esses equipamentos estejam em conformidade com as normas e em bom funcionamento. A Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU) inicia também os trabalhos de inscrição das entidades de manutenção e inspecção, e dos técnicos de ascensores, enquanto a inscrição provisória permite que esse registo seja feito no próximo ano, após a entrada em vigor da legislação. Sugere-se ao Governo que comunique activamente com as respectivas associações profissionais, para melhorar os procedimentos de inscrição das entidades de manutenção e de inspecção, e dos respectivos técnicos, assegurando que os profissionais registados possam ser fiscalizados e geridos de forma eficaz.

Reforçar a formação profissional das entidades e profissionais da actividade de manutenção ou inspecção dos ascensores

Tendo em conta que a segurança dos elevadores está relacionada com a vida e a segurança dos utentes e, ainda, a complexidade estrutural do sector electromecânico, no futuro, o Governo deve colaborar com as associações profissionais e realizar cursos adequados para que os técnicos inscritos possam elevar o seu nível profissional através de diferentes acções de formação.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 07.11.2023

Macau é uma cidade cheia de história e cultura, com muitos locais de *check-in* para os turistas. Para dinamizar a economia comunitária e explorar oportunidades de negócio, o Governo criou vários pontos, por exemplo, a “Casa Arco-Íris” e murais de danças folclóricas perto da Rua de Cinco de Outubro e da Rua do Guimarães, que atraíram muitos turistas para tirar fotografias e fazer *check-in*. No entanto, estes pontos de *check-in* em Macau não têm um tema nem um estilo por cada zona, por isso, os turistas com gostos diferentes podem sentir alguma desorientação. No “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028)”, divulgado recentemente, o Governo afirma a necessidade de promover o desenvolvimento diversificado do turismo e do lazer, e de formar uma indústria de turismo e lazer integrada excelente, dedicada e forte, bem como desenvolver e otimizar os produtos turísticos. Assim sendo, o Governo deve ponderar sobre como maximizar as características dos diversos bairros comunitários, criando itinerários com características próprias, por exemplo, com estilo português, artístico, gastronómico, etc., e de acordo com os diferentes contextos históricos e culturais das diversas zonas, e com os produtos turísticos com características próprias, criar uma nova fisionomia para as zonas antigas, atraindo assim turistas de diferentes gostos para tirarem fotografias e fazerem *check-in* nos bairros comunitários, pois, assim, seria também possível injectar alguma vitalidade no desenvolvimento a longo prazo da economia comunitária.

Os pontos de *check-in* necessitam de melhor integração e de apoio do Governo, para se tornarem mais atractivos. A nova geração adquire conhecimentos sobre as cidades através dos marcos tradicionais e da introdução de novas formas de *design*, arte, gastronomia e inovação cultural. Os visitantes querem experiências turísticas diferentes daquilo que conhecem nos seus locais de origem. A divulgação de informações através do turismo inteligente deve ser constantemente actualizada, para os visitantes poderem aceder, atempadamente, a mais informações sobre as características turísticas de Macau. O Governo pode pensar em colocar sinais ou logotipos nos pontos de *check-in*, para os visitantes poderem identificá-los rapidamente e, assim, aumentar o seu interesse em tirar fotografias e a interactividade; pode aumentar os serviços nos pontos de *check-in*, para os visitantes poderem escolher o itinerário adequado, consoante o seu gosto e o seu tempo, e assim “experimentarem” os costumes e tradições de Macau de forma “one-stop”; e pode ainda reforçar a cooperação com outras cidades e regiões e lançar algumas actividades transfronteiriças de *check-in*, por exemplo, o “desafio *check-in* na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, para os visitantes acumularem carimbos quando visitam os diversos pontos emblemáticos das respectivas cidades. Os visitantes podem assim “experimentar” diferentes culturas e costumes, o mercado turístico de Macau pode expandir-se, e pode ainda promover-se o intercâmbio e a integração cultural.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 07.11.2023

Reforçar o apoio às instituições financeiras de Macau na integração no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin

Há dias, o Conselho de Estado emitiu uma série de “Medidas para promover a abertura institucional nas zonas pioneiras de comércio livre e nos portos de comércio livre que reúnem condições para se articularem com os altos padrões internacionais” (emissão nacional, n.º 9 (2023)). O seu artigo 13.º prevê expressamente que, para além dos novos serviços financeiros específicos, as instituições financeiras de capital chinês podem desenvolver novos serviços financeiros e as de capital estrangeiro sediadas nas zonas pioneiras também podem desenvolver serviços semelhantes., e o seu artigo 15.º dispõe expressamente o seguinte: é permitido que as empresas registadas nas zonas pioneiras e os indivíduos que trabalham ou vivem nessas zonas adquiram, nos termos da lei, serviços financeiros do exterior.

Quanto à integração das instituições financeiras de Macau no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, ainda existem restrições em termos do acesso, do âmbito de exploração, etc., não gozando as mesmas ainda do “tratamento nacional”. São limitadas as instituições de Macau que reúnem condições para entrar na referida Zona, o que não está em conformidade com o posicionamento estratégico do Estado quanto à promoção do desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin. Em termos concretos:

Quanto ao acesso das instituições: segundo o Anexo 3 do Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA, relativo à definição e às disposições respectivas do “Prestador de Serviços”, se as instituições bancárias de Macau estabelecerem sucursais no Interior da China (incluindo a Zona de Cooperação Aprofundada), é necessário satisfazer a exigência de 3 a 5 anos de exercício efectivo de actividades comerciais em Macau. Por exemplo, nos últimos anos, os bancos e instituições financeiras licenciadas em Macau são, na sua maioria, sucursais de instituições do Interior da China em Macau, cuja empresa-mãe ou sede funciona normalmente já há décadas, portanto, já preenchem a exigência de exercício efectivo da actividade comercial por período superior a 5 anos. No entanto, devido à definição escrita do “Prestador de serviços” constante do anexo ao CEPA, não conseguem entrar na Zona de Cooperação Aprofundada para estabelecerem sucursais.

Quanto ao exercício de actividades pelas instituições: a Zona de Cooperação Aprofundada é um novo espaço concedido pelo Governo Central para a diversificação adequada da nossa economia, com um posicionamento estratégico de integração com Macau e alto nível de abertura. No entanto, as instituições financeiras de Macau registadas a operar nessa Zona e na Grande Baía continuam a ser consideradas como instituições do exterior, não podendo participar

directamente no desenvolvimento de indústrias reais e projectos relacionados com a vida da população, e a sua articulação com a economia real do Continente é insuficiente. Quanto ao modelo de actividades, não há diferenças na cooperação dos bancos de Macau com outras regiões-chave do Continente como Pequim, Tianjin, Hebei, Delta do Rio Yangtze, Chengdu e Chongqing, portanto, não se conseguem reflectir as vantagens da interligação financeira entre Macau e a Ilha de Hengqin e na Grande Baía. Sugiro então seguinte:

Primeiro, reduzir, de forma adequada, o período mínimo de exercício de actividade comercial substancial em Macau para os “prestadores de serviços”, isto é, os bancos e as instituições financeiras de Macau, exigido no “Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA”, para permitir que mais bancos e instituições financeiras de Macau entrem na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin e participem em práticas inovadoras.

Segundo, através da revisão do “Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA”, apoiar as instituições financeiras e os diversos tipos de instituições de Macau no exercício transfronteiriço de actividades na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, e aliviar, ao mesmo tempo, as restrições sobre o âmbito de actividades das respectivas instituições, ou seja, deixar simplesmente de se considerar que estas são instituições do exterior, para que gozem de tratamento nacional.

Terceiro, reconhecer mutuamente a aprovação dada pelas autoridades de fiscalização de Macau e do Continente aos serviços e produtos financeiros e simplificar os procedimentos de aprovação. Se no início isto não for possível, sugiro que se utilize o modelo de fiscalização “caixa de areia”, ou seja, dentro de um determinado prazo e regulamentação, permitir às instituições financeiras de Macau que forneçam, aos residentes do Continente e de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, produtos e serviços financeiros autorizados pela Autoridade Monetária de Macau, e depois de algum amadurecimento, basta apresentarem um pedido para obter a autorização do continente e passarem a fornecer, em pleno, os seus serviços.